



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

EUCLIDES VICTORINO SILVA AFONSO

**ENTRE DOMÍNIOS E OCUPAÇÕES: A IMPRENSA LIVRE EM ANGOLA EM
MEIO AO PROJETO COLONIAL E CIVILIZACIONAL PORTUGUÊS (1866-1869)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

EUCLIDES VICTORINO SILVA AFONSO

**ENTRE DOMÍNIOS E OCUPAÇÕES: A IMPRENSA LIVRE EM ANGOLA EM
MEIO AO PROJETO COLONIAL E CIVILIZACIONAL PORTUGUÊS (1866-1869)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

A199e

Afonso, Euclides Victorino Silva.

Entre domínios e ocupações : a imprensa livre em Angola em meio ao projeto colonial e civilizacional português (1866-1869) / Euclides Victorino Silva Afonso. - 2022.

79 f. : il., mapas, color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva.

1. Angola - Colonização. 2. Colonização agrária - Angola. 3. Imprensa e política - Angola - 1866-1869. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 967.30070

EUCLIDES VICTORINO SILVA AFONSO

**ENTRE DOMÍNIOS E OCUPAÇÕES: A IMPRENSA LIVRE EM ANGOLA EM
MEIO AO PROJETO COLONIAL E CIVILIZACIONAL PORTUGUÊS (1866-1869)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Licenciado em História.

Aprovado em: 14/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Flávia Maria de Carvalho (Examinadora)

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo (Examinador)

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dedico este trabalho à toda minha família e amigos, especialmente à minha mãe Victória Silva Matari e ao meu pai Francisco Afonso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus, por ter nos concedido força para continuarmos a trabalhar, tornando os nossos objetivos alcançados. Em segundo lugar, agradeço à toda minha família, meus pais e irmãos, por me auxiliarem ao longo da minha formação acadêmica, contribuindo moralmente durante a fase dos meus estudos e dada ausência neste percurso, souberam lidar com a distância, acredito ainda que foram momentos difíceis para eles, que puderam compreender esse distanciamento.

Quero ainda agradecer pelas portas que me foram abertas por intermédio da minha universidade, que propiciaram grandes momentos na minha caminhada acadêmica. Estendo o meu muito obrigado por essa oportunidade de conceder uma formação de qualidade. Aos meus professores e professoras, que sempre estiveram comigo ao longo da formação e que permitiram a cada dia apresentar um bom desempenho nos ensinamentos, e por sempre poder contar com eles. Em especial, ao professor Eduardo Estavam e ao professor Jorge Lúzio que ao longo desse tempo pude contar com as orientações.

Quero aqui mencionar os meus colegas que estiveram comigo durante a formação, contribuíram significativamente a cada dia nessa jornada. Por uma razão muito forte, agradeço também a CNPQ-UNILAB, por meio da qual tivemos a primazia de receber o apoio financeiro durante o tempo do projeto de pesquisa, que posteriormente resultou na realização deste trabalho. Sendo assim, agradeço a todos quanto estiveram envolvidos.

RESUMO

Este trabalho investiga políticas coloniais postas em prática na região que hoje é conhecida por Angola, entre os anos de 1866 e 1869 no periódico, a partir da imprensa livre “A Civilização da África Portuguesa”. Estas políticas foram baseadas no processo de implementação de atividades agrícolas nesse espaço e interpretadas à luz dos debates em torno do desenvolvimento econômico, da imigração e do processo civilizatório. O presente trabalho explora, por outro lado, a forma como os projetos foram sendo encaminhados juntamente com as políticas coloniais vindas da metrópole que tinham de ser cumpridas em Angola, demonstrando, desse modo, que a colonização foi um processo de tensões e de lutas na administração portuguesa em Angola nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, afetando em especial as vidas das populações africanas da região, transformando assim as relações de poder no meio rural.

Palavras-chave: A Civilização da África Portuguesa - Periódico. Colonização agrária - Angola. Imprensa e política - Angola - 1866-1869.

ABSTRACT

This work investigates colonial policies put into practice in the region that is now known as Angola, between 1866 and 1869 in the periodical, based on the free press “A Civilização da África Portuguesa”. These policies were based on the process of implementing agricultural activities in this space and interpreted in the light of debates around economic development, immigration and the civilizing process. The present work explores, on the other hand, the way in which the projects were being forwarded together with the colonial policies coming from the metropolis that had to be fulfilled in Angola, demonstrating, in this way, that colonization was a process of tensions and struggles in the Portuguese administration in Angola in the first decades of the second half of the 19th century, affecting in particular the lives of African populations in the region, thus transforming power relations in rural areas.

Keywords: A Civilização da África Portuguesa - Newspaper. Agrarian colonization - Angola. Press and politics - Angola - 1866-1869.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa - Angola. Mapa ilustrativo das regiões	49
Figura 2	Mapa - Angola. Agricultura tradicional. Grandes regiões: produção	50
Figura 3	Mapa - Angola. Moçamêdes, Ambriz	50
Figura 4	Mapa - Angola. Moçamêdes, Ambriz	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNU - Banco Nacional Ultramarino

BOA - Boletim Oficial de Angola

CV - A Civilização da África Portuguesa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	A IMPRENSA EM ANGOLA 1845-1869	14
1.2	A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA	19
2	PROJETOS AVANÇADOS NA ECONOMIA AGRÍCOLA E TRABALHOS ESCRAVOS	24
2.1	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM ANGOLA, 1866 A 1869	29
2.2	RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES E A IMPLEMENTAÇÃO DE TRABALHOS	31
3	DOMÍNIOS E INVASÕES DOS TERRITÓRIOS	36
3.1	TERRAS FÉRTEIS NA OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS	38
3.2	CONCORRÊNCIAS DE MERCADO E MISSÃO COLONIZADORA	41
3.3	NOVOS COMERCIANTES NAS REGIÕES	52
3.4	POVOAMENTO E EMBATES	54
3.5	QUEIXAS	55
4	O DISCURSO DO PERIÓDICO DAS PRÁTICAS ESCRAVAS E DA CIVILIZAÇÃO	58
4.1	OS RELATOS DA IMPRENSA E CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO	58
4.2	A CIVILIZAÇÃO	62
4.3	CIVILIZAR E A CRÍTICA AO PERIÓDICO	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	Referências	74
	Anexo	77

1 INTRODUÇÃO

O problema da escravidão no mundo representa hoje, em certos espaços, uma experiência de subalternidade profundamente simbólica que produz uma ótica social, um engessamento de lugares que resulta em negociação, demarcação de lugares, apagamento e exclusão de culturas. Os processos migratórios que tinham como objetivo encontrar novas terras, fazer trocas de produtos, resultaram na exploração de terras, submissão de povos, culturas e tradições. O objetivo do colonialismo como sistema resultou na subjugação de povos que adotaram valores culturais de outros. O pensamento europeu centrava-se na necessidade de colonizar os povos africanos, assente em libertar os “indígenas da barbárie” e torná-los em seres mais “desenvolvidos”, ensiná-los a modernidade.

A partir do século XV os portugueses tiveram um maior destaque nos territórios que hoje conhecemos de Angola, por volta de 1482. Após os primeiros contatos e a dominação, começavam a explorar as riquezas e o homem servindo de mercadoria instrumentalizada para produção e destinados para o trabalho forçado nas Américas. Portugal começou a ter os primeiros contatos com o continente africano ainda no século XIV, estabelecendo rotas e relações que ampliaram seus domínios políticos e econômicos. Ao longo do tempo no continente africano, a racionalidade para aquisição das riquezas seria então o ser humano. A África Centro-ocidental foi uma região intensamente afetada com o tráfico de escravos, com comercializações, trocas de produtos fortemente envolvendo cativos entre os séculos XVI e XIX (CAREGNATO, 2010). A região do Congo-Angola esteve agudamente enredada com o tráfico bem ainda a partir do século XVI dos contatos mais próximos de trocas de produtos às margens do litoral desses territórios. Em tão pouco tempo, o comércio começou a se estender com maior presença e a penetração dos portugueses no Reino do Ndongo que fez de Luanda o maior porto de escravos e uma cidade escravista até o século XIX, quando perde sua importância na economia atlântica devido à legislação que determinava o fim do tráfico de escravos para o Brasil. Luanda como capital administrativa portuguesa em Angola apresentava-se em dados como o maior porto de embarque de escravos em todo litoral do Atlântico da África ainda até meados do século XIX (LOVEJOY, 1983, p. 49 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 133). Na história da escravidão, Angola se diferencia dos outros espaços pelo elevado número de cativos que de lá foram extraídos e por ser uma grande extensão territorial da África que os portugueses conseguiram conquistar e se manter, ao menos parcialmente, até o século XIX (GOMEZ, 2019). O tráfico sob domínio português na região centro-ocidental de África se caracterizou de formas diferentes com suas peculiaridades em relação aos outros espaços desse continente. A

“aquisição pelos europeus de trabalhadores africanos forçados começou na Senegâmbia em fins do século XV” (MINZ; LÓPEZ, 2018, p.5).

O século XIX foi um período de várias transformações, o trabalho escravo se intensificou com políticas de atividades agrícolas nos territórios. O tráfico de escravizados e o início do colonialismo europeu na África deu lugar a debates entre os pesquisadores e historiadores. No presente trabalho analisamos passagens do periódico “*A Civilização da África Portuguesa*” em Angola entre os anos de 1866 e 1869, fazendo ecoar e discutir os problemas relacionados aos domínios dos territórios no processo de “colonização”. Para análise do periódico, doravante tratado também de “*A Civilização*”, fizemos um recorte nas discussões apresentadas na análise do discurso da imprensa livre, nas notícias publicadas pelos seus redatores, levando em consideração as conjunturas políticas comerciais e os trabalhos agrícolas. Este último, todavia, foi um dos fatores que ensejou os dirigentes a estarem intrinsecamente ligados com trabalho forçado. Nessa empreitada, os investidores necessitavam de homens para trabalharem.

Registra-se no ano de 1866 n’ *A Civilização da África Portuguesa*, informações de dirigentes portugueses prósperos na agricultura em Angola, mostrando um forte interesse no desenvolvimento dessa prática. Dos assuntos contidos no periódico baseavam-se em políticas de cultivo de café e produtos que tinham de ser experimentados nas regiões rapidamente.

A apreciação deste periódico nos deu, entretanto, caminhos para iniciarmos um estudo da sua atuação enquanto um órgão que defendia os seus reais objetivos do colonialismo naquela fase. Sem dúvida, a pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História de Angola parece confirmar as nossas suposições no presente estudo, fundamental à imprensa e o colonialismo no território africano caminharam de mãos dadas. Nos atentamos assim, a observar as colocações do jornal relacionadas aos processos políticos de implementação de trabalhos agrícolas na região. Outro diferencial, referindo-se ao periódico, foi o discurso da imprensa ao tratar o “abolicionismo” na época, um debate que *A Civilização* integrou nas suas edições.

Para tanto, dividimos a monografia em três capítulos: o primeiro dedicado de modo geral a tratar dos problemas que surgiram no processo de implantação de atividades econômicas na região, relativamente às dificuldades dos investidores em alargar seus projetos acerca do desenvolvimento de um espaço público, concentrando-se nos discursos d’*A Civilização*, de modo a analisar os interesses que o próprio periódico defendia, dos seus principais redatores e o seu público. *A Civilização* tratava dos assuntos coloniais, agrícolas e econômicos da nação. Nesta primeira parte procuramos debater a partir das notícias do jornal as práticas de mão de

obra escravizada por detrás dos projetos agrícolas e a resistência dos “nativos” da região e dos indígenas. Os demais capítulos foram dedicados a analisar os debates da imprensa livre relativos aos domínios dos territórios e aos conflitos com a população nativa.

Vale realçar o interesse pelo presente trabalho, que surgiu por meio do projeto de pesquisa que fizemos intitulado “*Pensamento Intelectual Afro-Brasileiro e Africano: a diáspora e a moderna cultura política negra (1850-1900)*” no ano de 2019 sob orientação do professor Eduardo Estevam, que contou com apoio financeiro da CNPQ/UNILAB e teve duração de 1 ano. Ao longo do desenvolvimento desse projeto fez-se atividades de leituras, textos referente aos assuntos da pesquisa; ensaios, artigos e livros. Foram feitos também os fichamentos de periódicos das tarefas no decorrer das semanas. Tivemos contato com o periódico “*Boletim do Governo de Angola*”, o jornal “*O Mercantil*” e no final com “*A Civilização da África Portuguesa*”. *A Civilização* foi o periódico que mais usufruímos tempo nas consultas que resultou em dois textos fruto do relatório final da pesquisa publicados na Anpuh-BA e Anpuh-PE, no âmbito do Encontro Estadual de História realizados entre os dias 20 e 23 de Outubro de 2020 e no XIII Encontro Estadual de Histórias e Mídias, Narrativas em Disputa, respectivamente. O projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Estevam da Unilab, do Campus dos Malês, estudou o pensamento africano enquanto um fenômeno da modernidade. Foi estritamente necessário para a compreensão do pensamento negro no século XIX ter como epicentro a experiência da diáspora negra. O período de recorte da pesquisa foi a segunda metade do século XIX, período caracterizado pelo aguçamento dos nacionalismos. Procurou-se estudar o pensamento intelectual negro, buscando pesquisar, coletar e interpretar documentos (livros e jornais) para a produção de trabalhos científicos em História, tendo como sujeito os/as intelectuais negros, o pensamento racial oitocentista, em particular a intelectualidade africana da segunda metade do século XIX e suas contribuições para o pensamento negro contemporâneo. Tivemos como fonte principal, entre outras, os periódicos (jornais) editados por intelectuais negros e portugueses que se encontram na Biblioteca Nacional de Portugal. *A Civilização da África Portuguesa* encontra-se disponível na Biblioteca Nacional de Portugal e até ao momento da construção da monografia, deparamo-nos com a sua disponibilidade na Biblioteca Nacional do Brasil.

1.1 A IMPRENSA EM ANGOLA 1845-1869

Tendo a expansão e consolidação dos meios de produção do capitalismo muito lenta e tardia em Portugal, consequentemente nas colônias como é o caso de Angola, pode-se entender

melhor no processo do despontar dos meios de comunicação, principalmente da imprensa como jornalismo e suas contradições com a forma africana de comunicar. “A história da Informação ou dos meios de comunicação em Angola está intimamente ligada à História da Imprensa no país, a partir da qual é possível estabelecer uma primeira cronologia de dados” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 34).

A trajetória das comunicações em Angola a partir do jornalismo teve a sua gênese na segunda metade do século XIX, entre os homens e de circunstâncias diversas, das suas necessidades e obrigações. Foram momentos que muitos fizeram seus caminhos como profissionais, tinham suas limitações, capacidade e técnicas (CONCEIÇÃO, 2005). No âmbito da imprensa angolana, vale trazer os momentos e trajetórias e nomes que contribuíram para o jornalismo angolano. A figura de Júlio Castro Lopo¹, um dos primeiros grandes nomes e investigadores destes temas, num opúsculo intitulado “*Jornalismo de Angola, subsídios para a sua história*”². Este autor diz que a evolução jornalística de Angola dependeu muito do fenômeno dos processos de colonização e do desenvolvimento do comércio. À medida que as cidades mais importantes foram aumentando em população europeia e em exportação de gêneros começaram a aparecer as tipografias, os periódicos e os jornais. A colonização, o desenvolvimento da agricultura e o incremento do comércio e da indústria foram assim, para Júlio Lopo, as razões que explicam a gênese do jornalismo angolano³. A criação de comarcas judiciais influenciou na evolução do jornalismo, até porque sendo advogados alguns dos redatores, os jornais tornaram-se instrumentos complementares da sua profissão, quer para atacar quer para defender.

¹ Júlio de Castro Lopo nasceu em Valpaços no dia 18 de Abril de 1899, seu falecimento foi no dia 4 de Março de 1971 e deixou marcada a sua passagem em Angola na história do jornalismo com grandes contribuições. Profissionalmente era um funcionário público, foi essencialmente um intelectual de grande influência na história do periodismo angolano. Deixou uma infinidade de obras, para além das muitas dezenas de artigos que deixou nos jornais e revistas, tanto do Ultramar como da Metrópole.

² Neste livro, Júlio de Castro Lopo começa por dizer quais foram os apontamentos bibliográficos que consultou e as dificuldades que teve para recuperar os dados que apresenta sobre a história do jornalismo em Angola. Após a introdução explica o percurso vivido pelo primeiro órgão da imprensa de Angola, intitulado Boletim do Governo Geral da Província de Angola, que iniciou, a 13 de Setembro de 1845. Ver: QUEIROZ, J. *Sobre o jornalismo angolano*, 2010. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/sobre-o-jornalismo-angolano/53052/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

³ Os três períodos do jornalismo angolano, explica Júlio de Castro Lopo, são: 1) Primeiros passos do jornalismo; 2) Imprensa livre; e 3) Fase do jornalismo industrial e profissional, a partir de 16 de agosto de 1923, quando começa a circular o jornal Província de Angola, fundado por Adolfo Pina, ainda que o primeiro jornal com tais características tenha sido o Jornal de Benguela de 1912, criado por Manuel Mesquita, primeiro a possuir tipografia própria. É importante, nesta fase, também, a contribuição de Alfredo Troni, que editou, sucessivamente, três periódicos: Jornal de Luanda (1878), Mukuarimi (1888) e Conselhos de Leste (1891). Ver: QUEIROZ, J. *Sobre o jornalismo angolano*, 2010. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/sobre-o-jornalismo-angolano/53052/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Os primeiros passos do Jornalismo em Angola foram dados com o Boletim Oficial (BOA), no dia 13 de setembro de 1845. Marcou a fase da imprensa oficial com a circulação da sua primeira edição, foi o primeiro órgão de noticiário, inseriu o primeiro anúncio comercial e o primeiro noticiário teatral. Este primeiro periódico tinha características bastante peculiares nas suas informações. Noticiava festas de bailes, anúncios comerciais, vendas de produtos, vendas de escravos e procura. Não se limitavam a publicar os documentos oficiais do governo, mas terminava por divulgar informações variadas, sendo considerado desta maneira um jornal em sentido mais estrito (HOHLFELDT, 2009). No órgão oficial, de acordo com Lopo (1964), publicaram-se avisos de rifas de objetos que, entre si, organizavam os moradores de Luanda, declarações de credores a ameaçarem os devedores, a quem indicavam por iniciais e apelido. Mas *A Civilização África portuguesa* era dedicada a tratar assuntos agrícolas e comerciais de Angola.

Seguiu posteriormente alguns anos a fase da imprensa independente a partir do ano de 1852 após o BOA, quando se fez a edição única do “*Almanak Estatístico da Província de Angola e suas Dependências*”, fundado por dois militares, um advogado e um funcionário do governo (SANTOS, 2021). Tem este título, o primeiro almanaque e publicado em Angola, consagrado no ano de 1852 e que para o estado do jornalismo diz-se que era uma verdadeira raridade bibliográfica (LOPO, 1964). Segundo Santos (2021), seu objetivo era satisfazer o leitor com curiosidades e aprofundamento de assuntos da história de Angola, teve seu pouco tempo de durabilidade e não há informações credíveis se continuou a sua publicação nos anos seguintes. Determinados periódicos que começavam a surgir, por pouco reconhecimento e extensão da sua abrangência e utilidades, não tinha assim muito tempo no mercado, deixavam de existir ou ganhavam outras denominações.

A imprensa reconhecida tinha talvez um forte impacto na sociedade ou talvez tivesse colaboradores para não lhes faltar a proteção e o apoio dos seus autores e leitores. Presume-se que o Almanak não continuou a publicação, cuja mancha tipográfica tinha o formato de 17 cm de altura por 12 cm de largura. O outro periódico chamado Aurora, de 1856, foi o primeiro jornal literário político de combate ao colonialismo. Vendia-se e assinava na Imprensa do Governo, pode se dizer que o periódico se compôs e imprimiu-se nas oficinas da Imprensa do Governo, sendo que nesta fase não existia tipografia particular em Luanda, nem em qualquer outra localidade da província.

Foi curta a existência do periódico como se depreende do comunicado particular no BOA no dia 20 de junho de 1857. Um dos fundadores deste periódico foi Alfredo de Sarmiento, pois pensa-se que foi o primeiro periódico angolense desta época, ainda em 1855, isto é, dez

anos depois da fundação do *Boletim Oficial*, órgão de natureza oficial que dava guarida a publicações de natureza literária e ensaística, a relatos de viagens pelo interior do sertão angolano, a vista disso, teve um papel pioneiro em termos dinamizadores da cultura angolana, mais especificamente luandense. Surgiu nove anos depois um seminário, *A Civilização da África Portuguesa*, um periódico dos advogados, dirigido por António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Côrtes de Mântua. Foi a partir deste periódico que abriu uma série de periódicos eminentemente políticos, e a esse tipo de imprensa, alguns estudiosos denominam de imprensa livre, que contava já com sua tipografia própria e zelava de um semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa (EVERDOSA, 2001 apud HOHLFELDT, 2009).

O perfil político da imprensa em África recuperou funções jornalísticas tanto de regimes liberais como autoritários, pode-se assim dizer que acompanhou os regimes políticos. A atividade jornalística articulada à militância política traduziu as tendências das forças políticas e sociais. A imprensa em Angola chegou no ano de 1845, sob o signo da oficialidade (HOHLFELDT, 2009). Sua publicação, veio a dar cumprimento ao disposto do decreto de 7 de setembro de 1836, que ordenava publicar em todas as províncias boletins oficiais, sob a inspeção de cada governo local, com exceção de Goa.

No *Boletim Oficial de Angola*, o governo colonial começou a publicar informações ligadas à província. Este período compreendido do século XIX é marcado na história de Angola como a fase dos primeiros percursos dos intelectuais, momento que começava a nascer uma nova geração em prol da sociedade e surgiram novos periódicos independentes.

O responsável pela publicação do primeiro órgão de imprensa em Angola foi o Governador-Geral Pedro Alexandrino da Cunha, que, logo após assumir o cargo, ordenou a criação de um Boletim ligado à administração portuguesa. A primeira máquina em Angola foi adquirida por Joaquim António de Carvalho Menezes em 1842 e, aparentemente por orientação da metrópole, foi enviada para Luanda de navio, que curiosamente afundou, segundo José de Fontes Pereira⁴ (GONÇALVES, 1964; HOHLFELDT; CARVALHO, 2012; HOHLFELDT, 2009).

⁴ Este intelectual angolano, conhecido pelos seus famosos artigos polémicos, contribuiu significativamente no desenvolvimento da imprensa livre em Angola e com ele que se pode ter muitas informações sobre a imprensa angolana. Este periodista teve a sua atuação nos periódicos O Mercantil, O Cruzeiro Sul, O Echo de Angola, O Futuro d'Angola, O Imparcial, O Desastre, O Pharol do Povo e Arauto Africano. Encontra-se registros de suas primeiras aparições na imprensa no ano de 1867 e 1868, quando enviava cartas aos redatores do principal periódico desse período: *A Civilização da África Portuguesa*, 21 mar. 1867. Ver: SANTOS, E. A. *Imprensa, raça e civilização: José de Fontes Pereira e o pensamento intelectual angolano no século XIX*, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/31466>. Acesso em: 20 jan. 2022.

O Boletim era destinado às preocupações do governo, servia como espaço de publicação das ordens e determinações da metrópole. A partir do decreto de 7 de dezembro de 1836, no artigo 13, se delibera a fundação de possessões ultramarinas com objetivo de informar as atividades da colônia e todas as informações necessárias e dos residentes, que abriu espaço às atividades jornalísticas (HOHLFELDT, 2009). “A primeira geração de jornalistas em Angola era constituída de homens europeus brancos, funcionários públicos deslocados para a colônia ou exilados politicamente” (HOHLFELDT; CARVALHO, 2012, p. 85).

A abertura do *BOA* deu caminho às publicações de novos periódicos independentes, em que vamos encontrar na esfera social angolana um grupo de intelectuais que davam as primeiras iniciativas e colaborações para abertura de periódicos independentes. Nas três últimas décadas do século XIX ocorreram transformações e mudanças significativas sobre o debate público angolano. Após vinte anos de atividades jornalísticas nasceu em Angola um movimento cultural expressivo levado a cabo por intelectuais que serviram de inspiração para expansão das atividades jornalísticas e que provocou transformações na cultura política entre a província e a metrópole (SANTOS, 2019). Segundo Queiroz⁵ (2010), nos anos de 1870 a 1893, Angola já tinha 59 jornais, só em Luanda foram editados 49, 6 em Moçâmedes (Namibe), 2 em Benguela e 1 no Ambriz (Bengo). Nesta fase houve um grande crescimento da imprensa livre em Angola, que contavam com colaboradores africanos, redatores e editores portugueses e brasileiros. Com a imprensa livre se dá caminho a uma nova estrada na luta dos direitos dos cidadãos e liberdade de expressão, que possibilitou uma “renascença intelectual africana”, termo cunhado pelo jornalista Arantes Braga (SANTOS, 2019, p. 214). A imprensa tinha forte influência social e política, aproveitando a relativa liberdade de expressão existente num momento de grandes lutas em Portugal (HOHLFELDT; CARVALHO, 2012). A situação colonial foi decisiva nas dinâmicas do jornalismo e a imprensa foi determinante na propagação e na defesa da ideologia, das políticas e das práticas do império. Nos primórdios do jornalismo independente, muitos desses periódicos publicaram reportagens sobre as condições que a população local vivia e denúncias. Os conteúdos que *A Civilização* noticiava eram da situação econômica e política do território, essas denúncias foram feitas em razão dos propósitos dos periodistas.

⁵ Artur Queiroz é português de nacionalidade e assessor do Presidente do Conselho de Administração do Jornal de Angola.

1.2 A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA

N'A *Civilização da África Portuguesa*, nos deparamos com artigos referentes às atividades agrícolas, plantações de produtos, publicados pelo redator Francisco Pereira Dutra. Em 20 de dezembro de 1866, Urbano de Castro agradecia a colaboração deste engenheiro e especialista com suas matérias agrícolas no periódico em métodos e técnicas de produção. Pereira Dutra no periódico foi o responsável por suas publicações, de textos referentes à produtividade de vários ingredientes para os cultivos e fabrico de bebidas alcoólicas:

Já alguém Angola ensaiando o fabrico de aguardente de fécula. É fácil imaginar que, sendo uma ideia dada por nós, devemos fazer os mais sinceros votos pelo bom resultado de tal ensaio. Com certeza seu feliz êxito será mais um estímulo para novos experimentos para desenvolvimento e enraizamento desta nova indústria (CASTRO, 1866, n.p *apud* SANTOS, 2020, p. 84).

Declarava-se no periódico, porém, que eram inteiramente opostas às ideias dos periodistas sobre a capacidade do solo de Angola. Neste periódico os seus editores eram Urbano de Castro, Alfredo Mântua e Pereira Dutra, que defendiam os seus ideais liberais e do crescimento do império português, com perspectivas de uma Angola próspera que crescesse economicamente a partir de exportações e produções. Dizia Urbano de Castro (1866 *apud* SANTOS, 2020) acerca das atividades produtivas em Angola que, “sem dúvida não era todo solo rápido para qualquer cultura no mesmo concelho⁶, não são homogêneas as terras, mas sim era a verdadeira a inesgotável fonte de riqueza provincial e que se tinha que apostar”.

Os solos angolanos apresentavam enormes dificuldades com alguns produtos, e a economia agrícola era certamente a indústria digna de ser explorada pelos lucros que promettesse e facilidade dos fabricos. Acrescentava este venerador do colonialismo em Angola, Urbano de Castro, que a palmeira, o café, a cana e o algodão, cultivados com inteligência em terras apropriadas, são tesouros destinados a felicitar centenas de homens trabalhadores.

No referido jornal também foram noticiados os problemas administrativos de Angola, na exploração dos territórios e da África no geral, os óbices políticos que existiam entre as potências colonizadoras França, Inglaterra, Holanda e Portugal. *A Civilização da África Portuguesa* era um periódico na época que contribuiu ativamente na política colonial e na história da imprensa angolana, mesmo seus editores sendo portugueses, serviu como instrumento difusor e proativo na política europeia portuguesa no processo de construção da

⁶ Concelho é o termo em português para município, referindo-se à subdivisão territorial no governo local.

“nação”. Digamos também que foi estreita a sua vinculação que manteve com a educação, caracterizando-se pelo seu engajamento no aspecto formativo de novos intelectuais devido a sua composição editorial, contextos situacionais das relações da época, reafirmando assim, segundo Periotto (2004), que a imprensa traz consigo conteúdos de relações sociais e da universalidade do pensamento burguês em sua fase liberal. Os conteúdos publicados no periódico limitavam-se, às vezes, à política interna do território angolano, das movimentações, contatos dos povos e suas atuações. *A Civilização da África Portuguesa* foi atuante criticamente na política colonial.

Um dos objetivos dos redatores que atuavam neste periódico, era de fazer chegar as notícias noutras regiões. Os periodistas editaram informações sobre os territórios, informando situações que ocorriam nas localidades, distritos e concelhos. Este periódico começou a dar também visibilidade aos poemas, servindo-se para divulgar os trabalhos poéticos e prosas de poetas angolanos críticos à realidade na província. Concordando com Santos (2019), também utilizaremos a expressão periódico ao invés de jornal, devendo-se à periodicidade de sua circulação, a expressão jornal, que se prefere utilizar poucas vezes, ocorre por não aparecer nas fontes consultadas durante o período estudado. Os redatores faziam referência no periódico à mesma expressão, por vezes ao se tratar das questões que abordavam.

A verdadeira tarefa desta grande geração da imprensa independente era dar a conhecer, mostrando a verdadeira Angola fazendo passar uma literatura autêntica, que escrevesse acerca dos verdadeiros e reais interesses dos africanos e da natureza da sua vida. Foi, no entanto, uma tarefa árdua e muito combatida por um sistema opressivo, conseguiu sobreviver ao tempo e dar o primeiro passo para a abertura de novas estradas que levassem até à consagração e glorificação do povo angolano. Em algum momento, segundo Hohlfeldt (2009), igualmente experimentaram a imprensa e o jornalismo ainda nos tempos de colonização, pois entendiam que o colonialismo caminhava junto com a imprensa em África. Hohlfeldt (2009), argumenta que ainda está por se fazer esse estudo, pese embora já existam trabalhos que se dedicam à imprensa africana com os estudos do colonialismo. A CV era um periódico que defendia os interesses coloniais e liberais, nas críticas ao sistema, na administração e na governação colonial portuguesa. Esta geração de “jornalistas” estava reservada à tarefa de denunciar, acusar e de combater ferozmente o regime colonial português que asfixiava Angola.

Para além deste jornalismo e respetivos órgãos (jornais) políticos e comerciais, começa-se então a caminhar a passos largos para órgãos literários de maior ou menor expressão⁷, o que

⁷ Ver: INFOPÉDIA, *Geração da Imprensa Livre*. Porto Editora: on-line. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$geracao-da-imprensa-livre](https://www.infopedia.pt/$geracao-da-imprensa-livre) Acesso em: 10 dez. 2021.

realmente mostrava que o exercício do jornalístico para esses intelectuais era dever muito pelo interesse próprio, por vezes pela circunstância política. O periódico sendo um dos primeiros noticiosos, independente, foi o terceiro órgão da imprensa angolana, que buscava argumentar situações que afetaram diretamente membros da sociedade, inaugurando, a imprensa livre em Angola.

A partir d’*A Civilização* podemos observar as mais diversas situações possíveis que ocorriam nos concelhos, dentre as quais, as desavenças com as populações nativas e essa elite portuguesa que pretendiam ocupar as regiões. Neste trabalho as opiniões de residentes debateremos no capítulo “O discurso do periódico das práticas escravas e da civilização”.

Não seria então esta imprensa constituída por portugueses com o mesmo ideal, colonizar Angola e minimizar nos seus artigos publicados. Esse periódico não concordou em parte com as práticas na postura de senhores com os seus empregados, dos operários, servos até os assalariados. Nessa fase, alterações econômicas afetaram Angola. “O declínio das exportações e do preço dos produtos coloniais atingiram a economia” (FONSECA, 2014, p. 88).

Embora esse fosse o papel desempenhado pela imprensa na época, sua existência não se resumia somente na ação político-partidária. Mas sim, espalhar luzes, vulgarizar a instrução e disseminar ideias úteis. Assim como Urbano de Castro vai assiduamente colaborar nas ideias para implementação de políticas em Angola, no seu desenvolvimento tardio, ver a província crescer. “[...] Na verdade, esse periodista recusava-se a aceitar a forte africanização do comércio do planalto angolano, por meio de justificativas pautadas em representações estereotipadas” (SANTOS, 2020, p. 74), verificado nos conteúdos noticiados. Acreditamos ainda que esse compromisso existia na sua maior parte com aqueles que estavam envolvidos na construção de Angola. Este discurso é verificado nos intervenientes do periódico e dos seus principais redatores, Urbano de Castro, Pereira Dutra e Alfredo Mântua, quando, por sua vez, defendiam o progresso das regiões. Evidentemente que estes órgãos, por circunstâncias óbvias, pouco estejam virados para os reais motivos culturais angolanos, estando mais orientados para a cultura portuguesa. Pouco fez muito sentido dos ideais civilizatórios, constatado na convivência em Luanda das pessoas brancas aos “mulatos”, negros ou então que fosse um “condenado.”⁸ Mas seriam, porém, a base de um projeto para a construção de um grupo cultural que teria reais

⁸ Podemos ver essa realidade no ano de 1868 em Luanda, junho na carta de Madame Jouare a expressão proferida pelo senhor Mateus Lamartine ao jovem negro enfermeiro, enviando um recado que preferia ver sua filha com um branco pobre, desde que não fosse mulato ou um condenado após ser aperceber que sua filha Carolina estava de namoro com um jovem negro (AGUALUSA, 1997).

seriedade com o território, contribuindo na renascença de intelectuais africanos, grupo esse que viria se formar mais tarde sob o título de "Novos Intelectuais de Angola"⁹.

A Civilização foi publicada pela primeira vez no dia 6 de dezembro de 1866 por António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Cortez Mântua. Em Angola foi o terceiro jornal a existir. Sua última publicação foi em 26 de setembro de 1869. Foi nessa geração onde vieram nascer verdadeiramente os primeiros periódicos independentes, com o decreto de 1º de outubro de 1867 que surgiu uma imprensa propriamente livre, “ficavam abolidas todas as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica pela legislação do Decreto de 22 de maio de 1866, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Direção Geral dos Negócios da Justiça” (SANTOS, 2019, p. 213).

Os jornalistas deste periódico se dedicaram a publicar assuntos referentes a Angola e São Tomé. Uma vez na semana no periódico tinha publicações, o que indicava que era um jornal regular. Teve um papel social e intervencionista ao denunciar as práticas cruéis que os senhores de fazendas cometiam com as populações. Os editores, Urbano Castro e Alfredo Mântua, foram, no entanto, os principais responsáveis por disseminar na época artigos que questionavam a administração colonial, o poder clerical e a violência da polícia. Com esses intelectuais iniciava logo a nascer um grupo social pensante com objetivo difuso, que começou a promover uma revolução no sistema de ideias morais, na ampliação e consolidação da liberdade política (SANTOS, 2019). A imprensa foi, destarte, um dos caminhos escolhido para as críticas às opressões do sistema da colonização portuguesa. Os periodistas criavam sempre formas de opinar sobre as práticas escravas e do seu fim. Incluíam no perfil editorial do periódico assuntos relacionado aos problemas sociais locais; pobreza, a violência, injustiça, supressão dos direitos, discriminação e criminalidade.

António Urbano Monteiro de Castro, conhecido em seus artigos de Urbano Castro, foi escrivão de Direito do tribunal de relação de Luanda e advogado, professor e destacou-se mais como jornalista, panfletário e polemista. Chegou a ser vereador da Câmara de Luanda, com as suas opções políticas libertárias. Os dois eram de nacionalidade portuguesa, dispunham de objetivos diversos, propagavam a política partidária em determinados locais para defesa dos interesses regionais: no comércio, na agricultura e nas indústrias. Assenhoreavam também interesses particulares. As matérias publicadas no periódico, das causas públicas que foram noticiadas, foram também o descontentamento por parte da população, no interior, especialmente nas regiões de Luanda. Publicaram nesse periódico em meio tempo informações,

⁹ Sobre as atividades intelectuais na prática da escrita por meio da imprensa, ver: SANTOS, 2019.

da atualidade das regiões: do Zenza Golungo, do Icolo e Bengo, do concelho da Barra do Dande, engendraram ainda notícias relativas às ocupações no norte do Ambriz, em Moçâmedes e do interior Massangano (Kwanza-Norte).

Estes, se manifestaram nas ocorrências dos serviços forçados nos espaços, argumentavam questões do melhoramento dos municípios, as riquezas latentes da província, da agricultura e da preparação do café. A imprensa livre em Angola nos primeiros momentos registrava aspectos que envolviam os acontecimentos nas regiões. A CV nas suas primeiras páginas apresentava já um equilíbrio das informações: política e economia, entende-se, pois, que era um jornal mais de intervenção política, que noticiava os acontecimentos deste território, diferente do BOA, que podemos encontrar publicações relacionadas às festas e bailes nas regiões, vendas de produtos e assuntos das administrações coloniais. Este periódico defendia ativamente a autonomia de Angola, segundo os objetivos reais e coletivos, normalmente com 4 páginas, às vezes com 3. No que tange os serviços forçados e práticas escravistas, no periódico é possível notar que apareciam relatos de colaboradores que escreviam interessados nos trabalhos serviçais. Encontrava-se anúncios no periódico de formas de fazer trabalhar o “preto livre”. Neste momento em Angola, havia muitos dos proprietários que pretendiam aumentar o número de escravos nas suas propriedades, com os comunicados “*como fazer trabalhar o preto de enxada*” mostravam essa necessidade de uma execução de trabalho, que era a fonte dos anseios dos investidores.

Os jornais não poupavam espaço na solicitação de autonomia para territórios. A relação entre jornalismo, literatura e reivindicação da independência, frente a Portugal, caminhava junto nos países africanos de língua portuguesa, especialmente em Angola. A "Imprensa Livre" era essencialmente vista como um órgão ou um conjunto de órgãos apostado em defender a diferenciação da cor, transformada em elemento distintivo da raça e valor humano. No segundo momento da história do jornalismo em Angola, o debate se prende-se muito na contenda racial. A *Civilização* já incluía informações e artigos sobre raça e migração, portanto, subentende-se que os processos migratórios tinham esse fim, ligado às ideologias racistas e à conversão do povo. A imprensa durante a segunda metade do século XIX teve uma postura de repreensão na exploração dos trabalhos. As constatações só ganharam peso depois do decreto que dava a liberdade de imprensa.

2 PROJETOS AVANÇADOS NA ECONOMIA AGRÍCOLA E TRABALHOS ESCRAVOS

Ainda na época dos primeiros “descobrimentos” dos portugueses no continente africano, o infante D. Henrique promoveu na Ilha da Madeira a cultura de cana-de-açúcar, dali foi levada desde o século XVI estendendo-se até o século XIX, que tornou um largo desenvolvimento de cultivo de açúcar e café. Nesses tempos, nas regiões de São Tomé durante o século XVI, as exportações de açúcar chegaram a subir a 150.000 arrobas.

Na efêmera prosperidade das ilhas de São Tomé foi sacrificada ao desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar para o Brasil. A concorrência de São Tomé com os mercados produtores da América tornava-se impossível, na realidade a situação era diferente com os agricultores que tinham seus interesses, numa economia próspera na agricultura e de extensão do comércio¹⁰. Nas regiões de São Tomé a fertilidade dos terrenos era maior, a cana-de-açúcar teve melhores condições naturais de vegetação e o trabalho era sempre dos escravizados, tal como acontecia nas Américas. A cana-de-açúcar nessas regiões de Angola, Cabo Verde e na de São Tomé vai existir em uma crescente procura e tentativa de instalação em várias regiões para abastecer o mercado europeu. Para a realidade de Angola, nos anos de 1867 a 1869 na imprensa

¹⁰ Foi nessa fase que se criou o Banco Nacional Ultramarino. Criado em 1864 com o objetivo de criar as condições financeiras e económicas necessárias para o desenvolvimento das antigas possessões ultramarinas portuguesas, nomeadamente o desenvolvimento da agricultura e do comércio. O Banco Nacional Ultramarino foi criado por Carta de Lei de 16 de maio de 1864. Os seus fundadores foram António José de Seixas e Francisco de Oliveira Chamiço. Na época, o debate parlamentar e a ação colonizadora das províncias ultramarinas assumiram uma importância significativa o que tornava imperioso a criação de uma instituição de crédito que estabelecesse a ligação entre a metrópole e o ultramar. O banco apoia também a atividade agrícola das colónias e envolveu-se em numerosos investimentos e obras de fomento em Angola e Moçambique, entre os quais o apoio à navegação a vapor no Rio Cuanza, e a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques ao Transval. Financiou as companhias do Niassa e da Zambézia, assim como participou nos melhoramentos do porto de Lourenço Marques. Em 1881, o banco reformou os estatutos, aumentando o capital para reforçar as operações de crédito agrícola, móvel e comercial. Internamente, reformulou o conselho de administração do banco que passou a ser constituído por um governador e dois vice-governadores. O Banco Nacional Ultramarino foi o banco emissor para as ex-colónias portuguesas e exerceu também funções de banco de fomento e banco comercial no País e no estrangeiro. Em 1868, criaram-se agências em S. Tomé, Moçâmedes, Benguela e Goa e, em 1876 o banco estendeu-se a Lourenço Marques. Em 1902, criaram-se agências em Macau e Bolama e em 1912, a de Díli. Em 1913, expandiu-se a pontos-chave no Brasil, nomeadamente, São Paulo, Salvador da Baía, Belém, Recife e Manaus. Em 1917, abre uma agência no Porto e no ano seguinte, a de Faro. Com o fim da I Guerra canalizou os seus objetivos para Londres e Paris. Na Grã-Bretanha, em 1929, o BNU transformou-se no Anglo Portuguese Colonial & Overseas Bank, cuja designação foi, em 1955, encurtada para Anglo Portuguese Bank, Ltd. Em Paris, também em 1929, foi convertido no Banque Franco-Portugal. Em 1870 o BNU assumia já um papel importante no processo de unificação monetária de todo o espaço colonial português, ao mesmo tempo que contribuía para o reconhecimento e aceitação das diferentes moedas nas diversas praças ultramarinas com a metrópole, garantindo a convertibilidade das diferentes moedas em moeda metropolitana. CGD, *A importância do Rio Cuanza na economia Angolana do século XIX*, online. Disponível em: <https://www.cgd.pt/Institucional/Património-Histórico-CGD/Estudos/Documents/Economia-Angolano-Sec-XIX-Rio-Quanza.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021; BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, *História administrativa/biográfica/familiar*, on-line. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=18305>. Acesso em: 28 dez. 2021.

livre havia artigos que atribuía o não desenvolvimento aos nativos, ou seja, os males por falta de escravizados. O discurso que vinha no periódico era para prosperidade dos produtos, causou assim uma larga crise para aquela província. Tendo assim passagens no jornal argumentos que pode-se compreender o papel da imprensa enquanto um documento histórico, no seu desempenho e os discursos abolicionistas. Da mesma forma este periódico tinha informações nas edições que seguiram, elementos discursivos pactuals de projeto civilizatório para Angola, identificado nos artigos elaborados pelos seus autores e colaboradores.

Para realidade de Cabo Verde, durante os anos de 1844 tinha uma população de escravizados que ascendia de 5.659 sendo próxima igual de ambos os sexos. Apesar do tráfico, nesta região de Cabo Verde os povos em relação de Angola se ocupavam da agricultura e das indústrias rudimentares.

Houve uma fase dos aproveitamentos de recursos em Angola a partir dos artigos e nas publicações dos redatores no período em questão. Segundo Ferreira (1998), ainda em plena campanha sobre o tráfico ilegal, e, investidores nesse periódico já citavam as riquezas e os potenciais que Angola possuía. Para aquele contexto deveriam ser aproveitados, inicialmente é bastante expressivo durante o recorte temporal deste estudo e nos anos posteriores. Começava-se, pois, um sistema de controle nas regiões e de domínios de territórios para “colonizar”. Nesta senda, a partir da segunda metade do século XIX (1866 a 1869) as relações entre Portugal e Angola passaram a ter um outro foco, com fins diversos, com embates no interior, com perseguições aos nativos e dos livres, justificada no discurso em plena imprensa livre como um ato necessário e benéfico para o povo. Consequentemente essa imprensa procurou em seus artigos chamar de “crime”, todo ato das entidades europeias envolvidas com a marginalização e violência dos “pretos em Angola”, que passa então a ser o primeiro jornal do ponto de vista ideológico abolicionista em Angola. O seu perfil abolicionista, caracteriza-se como o primeiro órgão de informação noticioso a conter nas suas edições publicações a respeito da liberdade dos africanos, e das críticas às autoridades, verificado em um dos números assinado pelo Urbano de Castro:

Não está longe o ano de 1878. Veremos daqui a pouco terminada inteiramente a escravidão. Ora, a ruptura de uma organização social qualquer, se não é prevista e preparada, produz uma crise no país, que sofrerá. Para evitar essa crise, o que devemos fazer (CASTRO, 1866, n.p).

Esta notícia foi publicada no periódico com o título “*Da transição da escravidão para liberdade*”, no dia 13 de dezembro de 1866, redator Urbano de Castro. No trecho pode-se

identificar o quanto se esperava do fim da escravidão nesse território e o debate da abolição n’A *Civilização da África Portuguesa*, compreender as relações existentes. No século XIX, o comércio de escravizados entrava num debate mundial que iniciava a dar seus passos para o seu término. O pensamento radical e repreensor da prática deste comércio ganhava mais apoio popular, atingindo até as elites que praticavam¹¹. Embora o perfil dessa imprensa seja questionável a partir do seu discurso, se apresentando como “abolicionista” e um dos primeiros jornais com passagens recorrentes na liberdade dos escravizados nos artigos publicados pelo redator Urbano de Castro. Porém, a escravidão, eram negativas para este advogado nos seus textos no periódico, “era bom que se visse os escravos livres”, tratados no periódico de “pretos” ou então “pretos de Angola”.

Urbano de Castro denunciava a crueldade de senhores de escravos¹². O que conseguimos compreender durante o contato com a fonte, no pensamento dos redatores e da pequena elite em Angola, traduzia-se em uma esperança no crescimento dos territórios, um sonho esperado de evoluir a província. Ainda nos dizeres deste periodista sobre o fim da escravidão, mostrava-se receoso com a instabilidade que poderiam causar, caso houvesse um rompimento dessa organização social. Sua opinião era a de que se abrandasse nas práticas e evitassem uma revolução, sonhando com um país estabelecido.

Na política europeia portuguesa houve então um intenso movimento de ocupar “as terras de Angola” com novas políticas para o desenvolvimento econômico. As novas políticas de ocupação surgiram com a necessidade de cobrir o fim do tráfico de escravizados. Este fenômeno, é mais que verídico, que teve uma influência grande nas novas investidas para este território, “projetos diferenciados¹³” nas “instituições” presentes em Angola com o poder de Portugal.

A mão de obra escrava passou a ser empregue nas zonas de trabalhos, nas plantações de café, algodão, cana-de-açúcar e na coleta de transporte da cera, borracha e marfim, para atender aos mercados europeus e americanos (ALEXANDRE; DIAS; CLARENCE-SMITH, 1985; HENRIQUES, 2004 *apud* OLIVEIRA, 2016, p.133). A partir de 1836 a 1860 foram feitas

¹¹ Para o contexto de Angola influenciava-se o fim do tráfico e ao mesmo tempo o incentivo às práticas da escravidão. Com as ideias liberais começou-se a proibir o tráfico, que de certa forma transladou as demandas e o epílogo das práticas escravistas no Império Ultramarino português. Proliferaram movimentos abolicionistas.

¹² Volta e meia esse periódico nos artigos publicados pelo Urbano de Castro, estavam todos a desejar uma Angola que tinha de crescer economicamente, e que os pretos escravizados tinham que dar as mãos à agricultura para o crescimento da província.

¹³ Na questão de projetos diferenciados, dava-se em situações que algumas identidades em Angola não seguiam algumas ordens vindas de Portugal, não havendo assim uma correspondência de forma efetiva nos projetos planificados em prol desta província, que atrasou em certos momentos o crescimento do território com os planos traçados anteriormente.

várias investidas para aumentar a presença de portugueses em Angola (FERREIRA, 1998, p. 9). A migração durante este século fazia parte dos critérios do processo de colonização. Referente a um título no jornal "*Civilização e Colonização*", deixava-se evidente que era preciso aproximar a Europa da África, ligadas pela circulação de atividades industriais, das ideias de sentimentos, e o elo destinado a esta união, argumentava-se que seria a colonização. Essa aproximação com os povos africanos seria por intermédio do trabalho. Concordavam que dessa maneira os "indígenas" evoluiriam e manter-se-iam as relações de superioridade nos aspectos culturais. A raça era um elemento determinante influenciada pelas teorias desenvolvidas durante o século XIX. Deixa-se explícito por meio do título no periódico que a verdadeira ambição era iniciar um projeto de colonização, que tivesse resultados avançados e "que estariam sendo benevolentes aos povos africanos". A colonização no seu sentido real era se opor diretamente às culturas e os hábitos dos povos.

Estes interesses baseavam-se com fins de aproveitamento da capacidade do povo com relações que foram criadas há séculos, mantidas com os líderes africanos e comerciantes, que não seria mais novidade aos estrangeiros europeus, dada as suas experiências históricas (MILLER, 1988 *apud* BÔAS, 2020, p. 96). Para os nativos de Angola já era notório que estava existindo uma nova organização dos europeus em suas regiões, em função disso, os contatos e as dependências foram sendo mantidas e construídas ao longo do tempo.

A expressão "elites" no presente trabalho será frequente e por vezes aparecerá no plural, sendo que eram grupos não uniformes e com objetivos específicos que nem coletivos, conforme suas colocações na sociedade, de poder que ocupavam e ideologias. Com esta estrutura organizada das políticas dos portugueses assente no projeto "civilizacional colonial", vai contribuir significativamente no processo de resistência dos africanos nas regiões. A partir dos anos "1820 as razões desse interesse foram se alterando devido às novas questões que se apresentaram, criadas na dinâmica africana e extra africana" (BÔAS, 2020, p. 96).

A primeira metade do século XIX foi marcada em Portugal e Angola por inúmeras discussões sobre regimes de trabalho, orientações políticas e conflitos sobre o futuro de Portugal e suas possessões além-mar (MARQUES, 1999), emergindo assim em medidas como abolição do tráfico, serviço de carregadores e a reforma legislativa de 1858 (ESPÍNDOLA-SOUZA, 2017 *apud* BÔAS, 2020, p. 96). Segundo Seixas (2015), a investigação nas fontes da época revela que as medidas abolicionistas e de proteção de escravos e libertos tiveram alguma aplicação nas províncias ultramarinas, sendo posteriormente resultado a defesa contra atos de violência, a libertação de muitos escravos e a liberdade efetiva de libertos. Acrescenta a autora que pela intervenção dos tribunais, da Junta de Escravos e Libertos e das autoridades políticas

e administrativas, nem sempre protegeram os interesses escravistas. Por outro lado, tinham sido proibidas em África práticas de escravatura e de trabalho forçado, mas elas persistiram durante décadas¹⁴.

A CV registrou essa continuidade das práticas de serviços forçados, assim identificada no processo de sistematização nas investidas de Angola, obrigando os libertos escravizados a exercerem trabalhos. Em 25 de Janeiro de 1856 justificava-se a nova proibição, após parecer do Conselho Ultramarino, que foi decretada a 3 de Novembro do corrente ano e este último Decreto proibia o serviço de carregadores e qualquer outro serviço forçado, com exceções (serviço militar e outros obrigatórios por lei; serviço de Comoros ou vallados para impedir estragos de inundações; serviço dos habitantes dos Distritos e Presídios, para construção e reparação de estradas) (SEIXAS, 2015).

N'A Civilização da África Portuguesa, no tocante às políticas de fomentos em Angola, o redator Pereira Dutra, em relação às atividades agrícolas projetadas para Angola, publicou artigos que teorizavam como essas atividades deveriam ser implementadas. Angola era um espaço a ser desenvolvido e dar lucros imediatos, além de medidas e regulamentações vindas da metrópole, engendraram-se políticas internas por iniciativas administrativas da província. A partir dos anos de 1836 até 1861 as políticas iniciais para Angola foram em grande medida concebidas por Sá da Bandeira e continuou até os anos de 1876, na altura era o ministro da Marinha e do Ultramar. Para Sá da Bandeira, a abolição do tráfico de escravos e da escravatura na “África portuguesa” eram os pré-requisitos essenciais para iniciar novos projetos e alvoreceria a economia. Mas essa situação se tornava cada vez mais crítica para Angola que poderia substituir o tráfico de escravos numa agricultura ou indústria que não tinha resposta. Um dos principais fatores externos foi a crise política que assolava Portugal, na primeira metade do século XIX os liberais e conservadores agendaram e confrontaram projetos políticos e econômicos distintos. Passou-se então a observar potenciais de ocupação territorial e de incentivo à monocultura e extração nas possessões ultramarinas.¹⁵ O fim do tráfico criou uma ideia de movimentações e de transações comerciais dentro do continente para ampliar comércio interno e impretadas na "civilização". As regiões passaram substancialmente a serem invadidas, um debate que pretendemos alargar no capítulo posterior, no tocante às invasões de

¹⁴ Fundamenta Seixas (2015, p. 223), que o serviço de carregadores e serviço forçado no sertão de Angola, com recrutamento violento de africanos, para o carregamento de mercadorias do interior para o litoral, foi proibido pela Portaria de 31 de Janeiro de 1839 e por iniciativa de Sá da Bandeira, infelizmente não foi cumprida e foi revogada em 1840.

¹⁵ Sobre a política portuguesa na primeira metade dos Oitocentos, conferir: QUARESMA, 1988, p. 15-20; SERRÃO, 1990; ALEXANDRE, 2000, p. 48-64 *apud* BÔAS, 2020, p.96.

propriedade nos concelhos e distritos.

2.1 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS EM ANGOLA, 1866 A 1869

A promoção da agricultura em Angola teria se fortalecido bem antes ainda da independência do Brasil em 1822. Portugal queria tanto investir para o crescimento da sua economia na colônia que foi durante muito tempo esquecido. O princípio da necessidade de colonizar durante essa fase, era o seu principal projeto, sobretudo pensavam irracionalmente num progresso rápido e na expansão. A partir do ano de 1866, a CV publicou informações sobre a necessidade de se desenvolver as atividades agrícolas e da mesma forma recorrente entre os dirigentes e governadores na colônia, informações baseadas em políticas de fomento, incentivadas também pelas “autoridades” em Angola. Ainda bem antes, no ano 1827, o governador de Angola, Nicolau de Abreu Castelo Branco, levantava já considerações de planos na agricultura como fonte de rendimento. As políticas só teriam começado na década de 1860 e de tal forma que essas novas políticas não teriam redução no trabalho (CLARENCE-SMITH, 1985 *apud* FERREIRA, 2014).

A partir da metrópole vieram instruções para a cultura e práticas de diversas plantas e em último lugar o algodão. A cultura do algodão foi pela maior parte abandonada na região, pois o gergelim e outras atividades precisavam ser reabertas na província por apresentar poucos resultados em relação às outras colônias. No ano de 1866, segundo o periódico, vinham recomendações da metrópole a serem cumpridas: a tarefa de voltar à “cultura do café” quanto que no interior existiam as lutas e o esforço para perseverança no processo de ocupação. Nessa fase, a agricultura apresentava resultados tristes comparado com São Tomé na Fazenda do Monte, produzia-se mais café com menos trabalhadores do que nas fazendas de Angola. Era de importância capital manter o foco na execução de atividades, essencialmente o cultivo da terra sem esquecer o café. O crescimento da importação de escravizados foi estimulado pela produção de alguns produtos, logo, haveria impacto na produção principalmente no plantio. Na corrida ao desenvolvimento rápido e ao progresso da colônia, para animar, prometeu-se prêmios aos trabalhadores, e para isso, tinham que reforçar no trabalho. Isso posto, com incentivos aos “funcionários” “teriam assim feito os nas suas fazendas fortuna nas mãos dos trabalhadores”. Os interesses eram ambiciosos no sistema de execução de trabalho agrícola. Essa promoção da agricultura, entretanto, foi um assunto que circulou entre os dirigentes e governadores na colônia, além de receberem orientações da metrópole sobre os cultivos de solos e os avanços que tiveram de se acelerar. Para esse primeiro momento, devido as rejeições, seria importante

encorajar os trabalhadores. O incentivo seria primordial para os manter nos locais de trabalho.

Houve rejeição dos africanos muito antes das atividades projetadas. Para promover esta cultura nas margens férteis e ricas das regiões por meio de vastas conexões de terrenos dominados, resultou a opressão dos indígenas locais.

Na procura de trabalhadores do ponto de vista prático, na implementação de homens na agricultura, para os africanos não foi uma inserção dominante e fácil. As elites portuguesas enfrentaram problemas para dar seguimento ao projeto prosperado. Os africanos a todo custo se mostravam resolutos nessas atividades de exploração agrícola. Nos locais de trabalho muitos deles escaparam, outros preferiam abandonar, alguns tentavam lutar pelos seus próprios direitos e os trabalhadores organizados, diante da realidade, demonstravam uma pluralidade de caminhos, saindo dos locais de trabalho para outros espaços.

O fomento da agricultura comercial, segundo Ferreira (2014) contribuiu muito para o crescimento da escravidão. Com fim do tráfico de escravo ilegal¹⁶ a população escrava de Luanda aumentava. Ao longo da segunda metade do século XIX existiram muitas maneiras de continuar com os trabalhos, existindo relações senhoriais braçais. A implementação ao trabalho escravo seria uma das formas de “colonizar” que vai ser predominante com uma abolição que era gradual e a proibição e práticas similares, a exemplo do trabalho forçado.

O Direito português estabeleceu a substituição parcial do trabalho escravo pelo trabalho forçado. O caminho de libertação jurídica progressiva, que culminou na década de 1870, sofreu uma manifesta regressão no final do século, com a recepção em Portugal da doutrina “anti-assimilacionista” e indigenista (assente na suposta inferioridade biológica e na necessidade de diferenciação legislativa), com a prática político-administrativa colonial e a com a sua consagração legal no Regulamento de 1899, estipulando uma obrigação jurídica de trabalho para todos os indígenas e um processo de compulsão meramente administrativo (SEIXAS, 2015, p.217).

Na resistência dos trabalhadores que não aceitavam exercer trabalhos, resultou mais tarde entre os fazendeiros realizarem emboscadas de “pretos livres” e dos “pretos” que se negavam a trabalhar, tornando-se frustrante entre os investidores. A resistência às formas de trabalhos em Angola via-se para os africanos algo relutante, questionável em suas próprias terras, principalmente na apropriação delas, nas suas lavouras (hortas) e na devastação do seu habitat em forma de exploração. As elites portuguesas em Angola nos anos de 1867 a 1869, identificadas nas informações da imprensa livre, começaram a desfazer comunidades e desarticularam formas de vidas, procurando se fixar cada vez mais nas localidades. “Valendo-

¹⁶ Em Angola durante o fim do tráfico havia escravos que saíam de diversos pontos das regiões de Angola e chegavam até Luanda postos em cativos para desembarcarem em outros pontos do continente africano, chegavam até as américas através de caravanas (FERREIRA, 1998).

se de um acúmulo de experiência frente à colonização portuguesa e de práticas políticas próprias” (ALFAGALI, 2009, p.5), no entanto, “as lideranças locais apresentaram súplicas e pareceres, firmaram acordos que garantiam a manutenção de seu poder, controle e perda de suas terras procurando evitar a desagregação de seu povo, riquezas e privilégios”¹⁷.

2.2 RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES E A IMPLEMENTAÇÃO DE TRABALHOS

Neste periódico há publicações feitas pelo redator Urbano de Castro de “pretos” que se negavam aos trabalhos, sobretudo na prática da agricultura, que fugiam das zonas de cultivo e das fazendas. A expressão “preto” no presente trabalho aparece constantemente devido à linguagem usada na época, entende-se que seria a forma de tratamento dos portugueses as comunidades nas regiões, logo, a imprensa livre utilizava dessas expressões ao se referir a população.

A resistência escrava foi muito marcante nesses meados do século, constatado a a partir das fugas que realizavam. O fenômeno das fugas entre os anos de 1867 e 1869, foram marcante para o contexto angolano. Foi neste século também que muitos reinos africanos entraram em declínio. A resistência registrada aqui é referente aos trabalhadores que estavam nas indústrias e fazendas. O povo se recusam a permitir que os dirigentes agissem de maneira imprópria. Este facto pode ser comprovado a partir da negação em cooperar com os agentes, os nativos não submeteram-se aos serviços que lhes foram prestados¹⁸. Diante dos frequentes abandonos no trabalho, os fazendeiros preocupados com o imprescindível desequilíbrio, passaram a se engajar em procedimentos de recrutamento e na apreensão de indivíduos, captura e busca de fugitivos. As pessoas eram coagidas por força, por vezes intimidadas e violentadas. Tudo indicava que havia comunicações entre os trabalhadores escravizados, ao escaparem Nos abandonos regulares, o real motivo eram as violências extremas, ao ponto de fugirem para outras regiões. Teve circunstâncias de trabalhadores procurarem novos senhores onde pudessem ter tranquilidade. Devido à negação e revoluções agrícolas e de um mercado consumidor, os

¹⁷ Ibidem, 2009, p. 5.

¹⁸ Curto (2005) faz referência à importância da fuga na resistência escrava, que de certa forma tem sido um assunto pouco discutido acerca dos escravizados que abandonaram os locais de trabalho dos seus senhores e resistiram. Lovejoy mostrou que a fuga era certamente um problema para os interessados em escravizar. Os casos relativos às terras africanas sobre as quais existe alguma literatura, Curto (2005) aborda relativamente sobre a escravidão em África e a suas resistências, aponta para o caso angolano que existia uma resistência por parte das populações africanas, ou seja, que resistiam as práticas de escravidão, houve várias resistências por parte desses africanos nas suas terras. Ver: LOVEJOY. E. P. O Impulso do Abolicionista. In: *Escravidão em África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002; CURTO. C.C. Resistência à escravidão na África: O caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. *Revista Afro-Ásia*, 2005.

trabalhadores, não recebiam remuneração. Por esses conflitos chegava momentos em que não havia tanto incentivo para investir nessas terras de Angola.

Os agricultores cansaram-se para conseguir “pretos livres”, que obrigou a forçarem em buscas de mais pessoas em outras regiões na ocupação dos campos. Entre os anos de 1867 e 1869, as discussões sobre essas resistências e da emancipação da escravatura foram alvo de críticas na colonização portuguesa no periódico.

Os fugitivos estavam em Angola, como nas sociedades africanas circunvizinhas, continuaram parte de uma longa e complexa tradição de resistência à escravidão, que causava um controle mais rígido dos proprietários, e o aumento das fiscalizações. No periódico se encontram as notícias, de funcionários que deixaram seus locais de trabalhos, incluindo de procura de escravos, dos achados e capturados.

“Outros episódios de resistência que podem ser relacionados ao debate abolicionista em vigor, são encontrados no texto da representação da Câmara de Luanda de 1860” (RIBEIRO, 2013, p.700). Consistiam ainda no periódico processos e notícias dos escravizados permanecerem a exercer suas funções. As classes dominantes preocupada com a situação, criavam estratégias para recrutar mais trabalhadores¹⁹. Essas informações, assim como outras, ligadas ao território angolano, vão ser recorrentes nesse período, fase em que Portugal se vira para o continente após a perda do Brasil. Nesse momento, as relações sociopolíticas do colonialismo em Angola estavam estritamente ligadas ao sistema de mão de obra livre, de aproveitamentos dos recursos de matérias primas de mão africana. A professora Conceição Neto (2017), sobre as mudanças e categorias dos trabalhadores, apresenta um estudo que configurava o estatuto dos escravizados, dos interesses na execução de projetos exploratórios. Este sistema entrava num processo evolutivo que se dava em forma de produção, o regime colonial tinha no entanto uma ideologia enraizada na expansão econômica. E, as elites europeias, mostravam sempre uma imagem contrária de práticas degradantes, alegando os trabalhos forçados em diferentes formatos e no controle sobre as pessoas. Organizavam espaços de produção, adaptadas em políticas conflitantes e confusas²⁰. Segundo Ribeiro (2013, p. 698),

¹⁹ No periódico vai aparecer informações noticiadas pelos redatores sobre “a mecânica agrícola”, notícias a favor da escravidão e “como a economia dos gados”.

²⁰ Sobre a necessidade de investimentos em Angola como atividades agrícolas com fins de crescimento da província, leva-se em conta o fim do tráfico de escravos, causou grandes problemas na sua economia de Portugal. No entanto, as inferências colocadas por Roquinaldo Ferreira (1998) são cruciais para começarmos a questionar mais sobre implementação da mão de obra escrava no caso angolano se “teria o fim do tráfico trazido mudanças estruturais para as sociedades e economias africanas, ou teria o comércio de escravos e, por conseguinte, sua abolição e transição para o comércio legítimo tido um impacto marginal”. São relevantes para se pensar as colocações feitas sobre a necessidade do fim da escravidão em Angola, a partir de *A Civilização da África Portuguesa*, as lutas da população que estava sendo invadida para ocupação.

o número de trabalhadores com o estatuto de liberto que tinham de exercer funções por um tempo, tendia a aumentar seguindo a variação do peso de atividades econômicas de determinadas regiões e épocas.

A introdução às atividades agrícolas na província de Angola atendeu às preocupações e necessidades exclusivas da metrópole, provocando assim grandes transformações na vida da população. A *Civilização* e outros movimentos que vieram a surgir em Angola começaram a debater este tipo de prática, a maneira como maltratavam os funcionários, que suscitou conversas sobre a liberdade. Durante esta fase, começava-se a influenciar debates consistentes do fim dos trabalhos forçados e da crítica ao sistema administrativo colonial²¹.

Não havia leis abolicionistas em Angola no processo de abolição. A Constituição era um fator predominante para permanência da prática de mão de obra escrava, mudava várias vezes, era determinante para sua continuidade. Só em Angola, a implementação das leis eram as elites locais que faziam, no tráfico transatlântico ou dos interesses escravocratas, prolongavam e forçaram os ex-cativos e os libertos a continuarem exercer trabalhos escravos (ESPÍNDOLA-SOUZA, 2017; CARTA CONSTITUCIONAL, 1822; FERREIRA, 1998). Em resposta a amplas propostas da escravidão a despeito do crescimento dos trabalhos nas colônias, tornava o projeto de abolição mais complexo, extenso e oneroso aos próprios escravos. A partir desse momento que a regulamentação da escravidão e do seu fim entrava na agenda política dos legisladores nos anos de 1850 (ESPÍNDOLA-SOUZA, 2017, p. 50).

Em terras Africanas a resistência à escravidão ocorreu em contexto tão múltiplos como variadas culturas ou influências de culturas africanas, euro-africanas, europeias e árabes, sistemas de crenças como o islã e o cristianismo, entre outros (CURTO, 2005). O caso de Angola, para exemplos de resistência à escravidão, é um caso particular das colônias portuguesas, ainda na fundação da cidade portuária de Luanda (1575). Muitos escravos eram utilizados dentro da cidade portuária, nos sítios, para apoiarem a economia de exportação de cativos. Todavia, as revoltas e fugas coletivas e individuais foram importantes durante a segunda metade do século XIX, mesmo que não acabassem com os trabalhos nas plantações e com as constantes violências.

Outra forma muito comum de resistência, como a fuga, foi a junção de outros povos próximos das regiões, que poderia ser de uma fronteira. “Os acessos aos rios foram

²¹ Em meados do século XIX quando o peso da proibição do tráfico de escravos se fez sentir, as políticas de fomento as atividades comerciais e agrícola em Angola aumentou, originando assim num aumento gradual de interesses das elites portuguesa em Angola a começarem a praticarem atividades de mão de obra escrava. Roquinaldo Ferreira (1998) foca na questão de que abolir o tráfico ilegal de escravos não significava acabar com a escravidão definitivamente.

fundamentais para esta fuga, o rio Cuango que separa Angola do Congo era atravessado pelos Yaka, facilitava este trânsito” (SIQUEIRA, 2012, p.3). A identidade ou o parentesco étnico de grupos que viviam de um lado para uma fronteira, também motivaram as fugas, dos Ovambo e dos Bacongo a deixarem Angola. Há também vários registros de fuga no BOA, gazeta semanal que começou a ser publicada apesar de ser um órgão destinado a imprensa oficial de Angola do governo colonial²².

Houve preocupações a respeito da fertilidade dos solos, primeiro apresentado pelos dirigentes para os trabalhadores continuarem exercendo seus serviços e que o clima prosperasse para ajudar os "lavradores" (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1866). Levantamos algumas questões durante o contato com o documento para desvendar especificamente esses lavradores, quais lavradores trabalhariam especificamente para fertilidade da terra, quais grupos aceitavam trabalhar e quais negavam.

A fertilidade da terra dependia dos trabalhadores, nessa fase, Angola enfrentava um período difícil no cultivo dos solos, os dirigentes, apesar de admitirem as dificuldades com a seca e com o solo árido da região costeira, este fenômeno constituíam sérios obstáculos para o desenvolvimento da indústria do açúcar.

Castelo Branco manifestou otimismo em relação ao cultivo comercial, sem se importar com o esforço redobrado dos trabalhadores para o cultivo do algodão e do índigo (FERREIRA, 2014, p.4). Falava-se sobre o aumento para o pagamento aos empregados, mesmo que não chegou a se concretizar por parte dos dirigentes das fazendas e das indústrias agrícolas, um fato que gerou conflitos ao ponto dos trabalhadores tomassem seus próprios rumos.

A partir dos anos de 1827, Angola já apresentava problemas dos solos para o cultivo de terras, o governador de Angola ainda nesta época Nicolau de Abreu Castelo Branco “teceu uma série de considerações sobre as perspectivas da agricultura comercial na colônia”, apesar de admitir que o solo estéril das regiões costeira constituíam sérios obstáculos para o desenvolvimento da indústria do açúcar (FERREIRA, 2014). Vinham ainda notícias das necessidades rápidas de se desenvolver esses trabalho a partir de Portugal, na lavoura e aumento da exportação. Dessa maneira, “o crédito se estabeleceria e o país ficaria rico por intermédio do trabalho”. Na falta de trabalhadores, os governantes achavam que “o conveniente seria que todos fossem bem pagos para o ânimo e o crescimento da agricultura, “pagos em dia, a terra se faria fértil”. A grande questão era como essas terras dariam frutos, como a economia se desenvolveria diante dos problemas enfrentados. Das condições e das diversas crises, não havia

²² Ibidem, 2012.

condições favoráveis para se praticar cultivo, a falta de chuvas foi uma das preocupações dos agricultores. No problema do solo angolano, muitos não tinham conhecimentos avançados sobre clima e dos recursos naturais para aquelas terras, das regiões favoráveis a fertilidades, de certa forma dificultou nos primeiros momentos, gerando nos processos internos de aproveitamento, provocando um atraso. Duas causas estavam na base desse retardamento, das várias tentativas para empreender os territórios, que não funcionavam nos primeiros anos da sua aplicação, pela produtividade das terras e do outro lado a não participação dos africanos nas agendas de investidas.

3 DOMÍNIOS E INVASÕES DOS TERRITÓRIOS

A partir d'A *Civilização*, ainda em 1869, os projetos de dominação colonial portuguesa persistiram e os conquistadores de terras iniciavam a formar rede de controle sobre as regiões dominadas, valendo-se de justificativas necessárias e urgentes, com grande interesse comercial da Coroa. Apresentava-se propostas que entravam em vigor de maneira muito rápida, instituições e homens precisavam garantir o funcionamento da lógica de exploração lusitana. A forte presença das elites brancas em Angola dava-se por ambições econômicas. As relações entre o Ministro do Ultramar e os seus principais interlocutores em Angola eram sobretudo políticas para promover a expansão da ocupação. Nessa altura pensava-se na elaboração de leis de execução de trabalho para alargar o comércio da indústria agrícola.

Em algumas regiões as relações se tornaram conflituosas devido as políticas administrativas. Moçâmedes passou por uma exploração desde as primeiras chegadas dos europeus, era um espaço que entrava no cenário de luta entre os comerciantes e investidores, que tinham nas suas agendas e projetos diversos, muito especificamente na expansão comercial. Muitos desses projetos causavam desacordos entre o poder central, com os dirigentes na colônia e os comerciantes. Diante desses impasses, a concretização da expansão colonial em alguns lugares levou décadas, a criação da colônia de Moçâmedes só foi estabelecida em 1850 por luso-brasileiros.²³ Além de enfrentarem outros problemas, a seca e as epidemias agravaram a situação das suas políticas geográficas causando um retardamento. A apropriação pelos colonos portugueses das terras indígenas cresceu, obrigava os nativos indígenas buscarem trabalho nos empreendimentos agrícolas, provocou o acirramento das lutas com as comunidades africanas

²³ A colônia de Moçâmedes é marcada pela presença de luso-brasileiros que saíram de Pernambuco e foram se estabelecer ao sul de Angola na segunda metade do século XIX, momento em que gradativamente se encerrava o tráfico ilegal de escravos e se abria espaços para novas relações comerciais no atlântico sul. Esse processo imigratório remonta conflitos políticos e indentitários entre brasileiros e portugueses no contexto do Brasil pós-independência, onde Portugal ainda fazia valer sua hegemonia política em território brasileiro, favorecendo o clima de hostilidade contra estrangeiros. O projeto Imperial que resultou na colônia de Moçâmedes é resultado de ações políticas coletivas e individuais tanto do Império ultramarino português como de Bernardino Freire, súdito de Portugal e que naquele momento sofria com as hostilidades em Pernambuco. Etimologicamente o nome Moçâmedes deriva do Barão Moçâmedes, um título nobiliárquico, historicamente criado por D. Maria I de Portugal em 1779, foi uma rainha de Portugal e Algarves de 1777 até 1815 e rainha do Reino Unido de Portugal. Barão de Moçâmedes, é um título, por vezes Moçâmedes, criada em favor de José de Almeida e Vasconcelos, foi este o primeiro Barão de Moçâmedes, um administrador colonial português e capitão geral da capitania de Angola, entre 1784 a 1790. Até bem antes da chegada dos portugueses, o lugar era chamado de Chitoto Chobatua, traduzindo, buraco dos passarinhos, dado pelos habitantes da região (Mucubais, Mucubai ou Mugubale) povos Mucubais são povos hereros de origem bantu, esses povos também podem ser encontrados em Botsuana, Namíbia, uma espécie raramente diferente de outros povos Bantus, são agricultores. Tais povos, mostram traços de línguas muito antigas da região Norte africana no sul de Assunção do Rio Nilo, atualmente onde se encontra o Sudão. Ver: ANPUH, Bahia. *Moçâmedes: Rotas e comércio entre Brasil, Portugal e Angola na segunda metade do século XIX*. Feira de Santana, 2016.

nas diversas regiões de Angola (WHEELER, 2009, 106-107 Apud FONSECA, 2014, p.88). Na implementação das leis, muitos não se importavam, mesmo ainda que fossem de orientações metropolitanas. Neste momento, em Angola, o impulso imperialista dos portugueses tinha como objetivo principal dar continuidade à exploração de matérias-primas e obtenção de novos mercados consumidores, que alguns decretos não foram seguidos. Por outro lado, o excesso de objeções, discórdias entre os investidores e comerciantes, predominavam na organização económica entre os anos de (1867-1869). As ações contrárias se compreendiam também por falta de uma comunicação harmoniosa e ordeira. Para aquele contexto, era necessário uma relação efetiva com o governo português e as elites mercantis em Luanda. A falta de uma regulamentação das ocupações levou a inúmeros atritos diplomáticos com os países europeus em suas disputas territoriais no continente africano.

Vários projetos legislativos que foram feitos não chegaram a se cumprir. As comunidades portuguesas que chegavam nas regiões, na sua maioria, procuravam expandir-se no interior, com planos definidos, com grandes desafios.

As leis foram quase sempre alteradas e reformuladas, o que atrasou o fim dos trabalhos forçados. De 1899 a 1961, a legislação colonial incluiu sempre regulamentos e códigos que permitiram formas diversas de trabalho compelido, sob contrato formal, que se aplicavam apenas aos habitantes das colônias.

Nesse momento, as ações de Portugal neste território eram mais intensas de ocupação e de políticas de desenvolvimento para expansão dos territórios. No dia 25 de Fevereiro de 1869, por decreto assinado por D. Luís, foram abolidas todas as formas de escravatura em todos os domínios portugueses. A liberdade dos escravizados estava prevista para 1878, com a implementação de novas políticas, provavelmente pela impossibilidade de se efetuar o pagamento das indemnizações previstas na lei. “Ficava abolido o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa.

A promulgação da lei de 1869 já dava condições de libertos, eram libertos todos os escravizados sob a condição de trabalharem gratuitamente para seus senhores até este ano. Por esta determinação legal, as relações trabalhistas ainda obrigatórias, deveriam ser regidas pelas disposições do decreto de 1854 até a supressão total da escravidão, em 1878. A propósito destas relações trabalhistas, as mesmas disposições possibilitaram e generalizaram a venda do serviço dos libertos (RIBEIRO, 2013). Não era ainda escravidão, mas estava longe do trabalho livres que só as reformas posteriores a de 1961 vieram consagrar, ao tornar todos “cidadãos”

Não importava mais donde viriam as regulamentações nas províncias ultramarinas²⁴ e do processo de expansão dos territórios²⁵, cogitava-se que promotores das lutas pela ocupação de terras não esperavam que as leis fossem criadas. Em outras circunstâncias, as leis só eram aplicadas nos conselhos e em situações específicas. Contida essa informação n’*A Civilização*, que nos leva considerar que aplicação das leis e os seus efeitos nos territórios:

As leis econômicas são leis cosmológicas encontram-se em África como também na Europa a sua demonstração. Todos os elementos principado pelo nosso desprezo e acabando da violência e da espoliação tem conspirado para deixar na ignorância a pobreza na miséria do preto livre. O preto livre é, pois, com raríssimas exceções pobríssimo (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867).

Os territórios nessa fase passaram a ser tratados de maneira diferente e “especial”, apostando no seu desenvolvimento. A base essencial seria o desenvolvimento mesmo, que residiria nas instruções apropriadas e tinham que ser executadas com bastante inteligência. Os investidores dialogavam sobre medidas que tinham de ser tomadas na “corrida de terras” que não deixava de ser uma estratégia para expansionista e de soberania, com urgências a cumprirem, as riquezas teriam de ser tratadas de forma carinhosa, preciosa para progredir nos espaços. Neste procedimento, todos articulavam na política comercial e com interesses próprios, que foi um dos fatores determinantes no retrocesso de predominância econômica e no processo civilizatório, vai ser determinante para não existir um pacto mútuo dos governadores e da pequena burguesia em Angola.

3.1 TERRAS FÉRTEIS NA OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

As matérias publicadas no jornal da constituição colonial portuguesa no contexto de dominação, baseavam-se na organização do poder colonial, político-administrativo, e a outra

²⁴ A constituição de Portugal de 1822 já fazia menção às denominações de territórios Ultramar e ações ultramarinas nas cortes, antes ainda da primeira constituição jurídica, com finalidade de estabelecer um órgão estatal de forma rápida para decidir os territórios que se encontravam distantes. A partir do Conselho ultramarino a expressão colônia passou a ser usada com maior frequência, criada por D. João IV em 1643. Este conselho serviu como um órgão que mantinha o controle dos territórios na África, Brasil e nas Índias Portuguesas.

²⁵ A constituição de 1822 referente às leis a esses espaços, algumas foram feitas levando em consideração os territórios que se encontravam fora de Portugal, ou seja, as leis valiam também para os territórios em África, com características especiais e aplicações exclusivas. As leis poderiam observar o Ultramar como todo. Tinha como grandes preocupações a disputa dos territórios na sua dominação urgente. As leis passaram a ser elaboradas e autorizadas, algumas delas não votadas pelo parlamento (SOUZA, 2017, p. 42). Neste sentido, a ação colonizadora portuguesa segundo Ferreira teria um duplo fim, o interesse dos povos colonizados e ao mesmo tempo o interesse da comunidade internacional e do seu progresso.

teria de se seguir com um estatuto indígena, que se basearia em políticas civis e criminais onde se desenvolveram as leis de dominação colonial.

Nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX as políticas coloniais tornavam-se mais aceleradas²⁶. No ano de 1850 tivemos as presenças de brasileiros e alemães, uma colonização típica *madeirense*, visto na organização social e política da época, que existia uma tentativa de "embranchamento" de Angola. O povoamento das regiões, de enviar pessoas, era para a devida ocupação, seria então um bem necessário para evitar perder os territórios. Os madeirenses nesse ínterim constituíram uma das primeiras comunidades de colonos nas terras de Angola atravessando mar e serra nas Terras Altas.

A partir de 1850, Huíla²⁷ e Moçâmedes foram espaços dominados. Entre os finais do século XVIII e o XIX Portugal gradualmente colonizou o interior das "Terras Altas". As Terras Altas da Huíla são as mais antigas e mais importantes terras de colonização branca devido às condições naturais específicas que derivam da altitude e que por seu intermédio interferem no clima dos solos e na vegetação.

O clima decepcionante foi uma das grandes dificuldades do estabelecimento da colonização, as chuvas abundantes de ritmo tropical e irregulares, exprimiram a grande dificuldade ao estabelecimento de culturas europeias, no primeiro capítulo da monografia destacamos os problemas apresentados no solo angolano e da falta das chuvas e na adaptação aos nas localidades.

O controle total desses territórios não foi alcançado até as primeiras décadas do século XX, outras potências europeias, durante a disputa pela África fixaram-se em fronteiras internas das suas colônias²⁸. Após o gradativo encerramento do comércio escravista e a desagregação do Império luso-brasileiro em 1822, a dinâmica de ocupação e permanência de portugueses e

²⁶ Nem todas as leis eram de fácil aplicação, algumas precisavam ser adaptadas, devido às peculiaridades culturais, à facilidade de comunicação e relações com os residentes, ou à falta de condições de fazer valer as orientações e de aplicá-las.

²⁷ Este extenso Planalto corresponde a um determinado tipo de paisagem temperada, diretamente influenciada pela altitude, e com um clima principal, dependendo dele, solo e vegetação atingem ficções bem diferenciadas em relação às áreas envolventes. A estes fatores naturais foram situações que ocorreram durante a instalação de portugueses, em parte as tentativas de colonização e que foi alvo em diversas áreas e não ajudando na implementação da agricultura

²⁸ A história da presença portuguesa no território da Angola contemporânea durou desde a chegada do explorador Diogo Cão ao Zaire em 1482 no reinado de João II, até à descolonização do território em novembro de 1975. Durante estes cinco séculos, várias situações completamente diferentes têm que ser distinguidas. Diogo Cão e outros exploradores chegaram ao Reino do Congo no final do século XV, Angola, como tal, não existia. O seu território atual compreendia vários povos separados, alguns organizados como reinos ou federações tribais de tamanhos variados. O primeiro governador de Angola, Paulo Dias de Novais, procura delimitar este vasto território e explorar os seus recursos naturais, em particular estavam interessados em comércio, principalmente em escravos. Eles, portanto, mantiveram uma relação pacífica e mutuamente lucrativa com os governantes e nobres do Reino do Congo. Ver: DIOGO CÃO. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_C%C3%A3o. Acesso em: 10 out. 2021.

brasileiras nas possessões africanas portuguesas começou a tomar outros caminhos, Angola vai apresentar planos de migração.

Foram várias as investidas para aumentar a presença portuguesa entre 1836 a 1860. Houve ainda zonas de grande visibilidade, Ambriz²⁹, uma região sem soberania definida, foi ocupado em 1855. Em 1848 fundou-se, uma colônia, em Moçâmedes (FERREIRA, 1999). Até meados do século XVIII, Ambriz era um pequeno porto africano situado ao norte dos domínios portugueses com sede em Luanda, passou a ser mencionado com frequência como lugar de origem de milhares de navios que realizavam as viagens transatlânticas da época. A instalação de feitorias de mercadores estrangeiros e o crescimento progressivo do volume de mercadorias aí negociadas foram explicados pela intensa concentração do tráfico atlântico de escravos nos portos ao norte de Angola.

Sem dúvida, que foram grandes os confrontos com os Estados africanos locais, tornou esse projeto um fracasso e sem real autonomia durante o as primeiras décadas do século XIX até o segundo quartel³⁰. As informações noticiada pelo jornal de relatos de fazendeiros e chefes de fazenda de que os empreendimentos executados não produziram frutos.

Em Luanda nesta fase, o comércio era realizado por meios de acordos, entre os negociantes e em circuitos discrepantes, dito no primeiro capítulo que este comércio se dava em interesses pessoais. Nos decretos e leis elaborados, cumpria-se em casos particulares e que fosse benéfico para os dois lados. O que significava que na realidade para os investidores em determinadas regiões na colônia eram diversas, ligados aos poderes de Portugal, mas nem sempre eram seguidos. As dificuldades às vezes tornavam-se insuperáveis, atrapalhando os planos em ambiente turbulento.

A implementação rápida da agricultura em Angola era do agrado de muitos portugueses até de “crioulos” focados no comércio. Entretanto, quando o peso da proibição do tráfico de escravos se fez sentir, foi necessário a essas famílias pertencentes a elite crioula reorientar seus objetos de comércio: os produtos agora eram a cera, o marfim e a borracha (BITTENCOURT, 1999 apud MORENO, 2011). Muitos homens luso-africanos e europeus conseguiram ter acesso às terras no interior, onde indígenas, livres, escravizados e libertos passariam a cuidar das mesmas para produzir alimentos.

²⁹ Ambriz é uma vila e município da província do Bengo-Angola. Situado no Norte de Angola, foi uma via alternativa comercial e estratégica na política comercial estrangeira. Foi um espaço de disputas entre Portugal, França e Inglaterra. Localiza-se a 127 km da cidade de Caxito. Faz fronteira com o município de N'zeto, província do Zaire, a norte, e com o município de Dande, a sul.

³⁰ Nas regiões, vai obrigar a presença de oficiais, atrelado à expansão militar para os domínios e o incentivo do comércio que se desenvolvia de forma integrada e estratégica que tinha por base a distribuição de produtos com o intuito de garantir os espaços prósperos.

Os escravizados em Angola tinham que trabalhar forçosamente para a subsistência e abastecer navios negreiros, dando assim continuidade aos abastecimentos de outros territórios e dos mercados (OLIVEIRA, 2021). Durante essa fase Angola pouco se desenvolveu nos primeiros anos, mesmo ainda na sua divisão administrativa da chamada “Angola Portuguesa” até antes da fundação da cidade de Luanda, inaugurada no terceiro quartel do século XVI permaneceu em estado de vila e em condições de salubridade muito precárias até o final dos séculos seguintes. A colônia portuguesa de Angola no século XIX estava composta de cinco distritos ou governos administrativos: Luanda, Benguela, Moçâmedes, Ambriz e Golungo Alto. O primeiro distrito que se estendia pela costa desde a foz do rio Lifune até Novo Redondo compunha de dez concelhos, a cidade de S. Paulo de Loanda era a capital da província.³¹

3.2 CONCORRÊNCIAS DE MERCADO E MISSÃO COLONIZADORA

No processo de formação e consolidação do colonialismo português, foram criados mecanismos a partir de relações sociais, ações humanas e que abrangeram as interações cotidianas em ambientes propícios (PEREIRA, 2013), e para o convívio social muito presente a partir d’A *Civilização*, pronunciamento referente aos territórios na ação civilizadora com relação ao povo:

Os limites da província no interior não estão determinadamente estabelecidos. Em razão do direito que leem inquestionavelmente os povos cultos de conquistar os bárbaros com relação à civilização, no território que ocupam e nas circunstâncias em que nós achamos ao sertão, poderá dizer-se, que esses limites estão no ponto, além do qual não poderemos levar a ação civilizadora (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867).

A missão civilizatória em Angola significava a superioridade moral e cultural, o que lhes valeu o direito de execução e o dever de exercer seu poder de dominação e exploração sobre os considerados povos atrasados. A ideia de que os negros fossem inferiores foi

³¹ Os chefes dos concelhos tinham a responsabilidade de corresponder ao governador de cada distrito. Os concelhos reunidos, conforme a obrigatoriedade dos conselhos, respondiam ao Governo do distrito que constituíam assim uma circunscrição Municipal. Em cada Conselho principal de cada circunscrição existia uma Câmara Municipal e com seu próprio Concelho. As Câmaras Municipais dos concelhos da província eram compostas de cinco Vereadores, à exceção do Concelhos de Luanda. Os chefes dos Concelhos eram os Delegados natos das Câmaras Municipais, tinha como finalidade exporem às necessidades locais, darem as informações que lhes forem pedidas e fazerem executar as deliberações das mesmas Câmaras, tudo com referência aos próprios Concelhos e sobre objetivos e situações da sua administração. Portanto, os governadores dos distritos e os chefes dos concelhos principais, são eles que vão ordenar e regular as coisas que acontece naquele concelho, no exercício das suas funções civis, pelo artigo do código administrativo, que dizem respeito aos Administradores de Concelhos e este conselho irá funcionar como conselho de distritos para toda província.

determinante para existir uma relação desigual em Angola, pelas suas capacidades instrutiva. Independente da tendência e de suas disputas, foram essenciais na construção do discurso que justificava a colonização na imprensa livre, de um lado para entenderem que os africanos, primitivos e não civilizados, precisavam de ser encaminhados a uma nova cultura, a cultura. Tornava-se necessário construir uma imagem de inferiorizados de acordo com uma perspectiva racial, de modo que o mundo dos brancos representasse a "civilização" e o mundo dos negros a "selvagem", com ênfase na ideia de que seres humanos "primitivos", incapazes de se organizar, política e socialmente, sozinhos (THOMAZ, 2012, p. 314). Naquela época, civilizar a população significava tirar seus bens e colocá-los rapidamente para trabalhar.

As noções de terras africanas são fortemente condicionadas pela mentalidade colonial portuguesa ao longo desta fase, marcada por uma questão crucial para o futuro do seu império, o objeto de discussão eram os modelos de colonização e na sua adaptação (COSTA, 2010). Os portugueses que chegavam em Angola careciam de substrato, da preparação e a motivação para levar a cabo as expectativas pomposas dos teóricos colonialistas³² que vinha de Portugal (Lisboa entre o final do século XIX e o início do XX, conseqüente burocratização desse domínio. Acrescenta Thomaz (2012, p. 314), que “novas identidades foram criadas, a lógica colonial não era mais a do comércio de escravos, nem deveria refletir as diferenças entre escravizados e homens livres”.

A civilização combinava vários pressupostos que justificavam a superioridade da cultura portuguesa e a possibilidade das outras culturas poderem melhorar as suas qualidades. Neste sentido, essa colonização vai se basear em três necessidades; 1) a grande propriedade territorial, na qual se desenvolvia um empreendimento comercial que seria destinado a fornecer a metrópole gêneros alimentícios, começavam a utilizar essencialmente a mão-de-obra dos trabalhadores, revelado no discurso político e diplomático comum aos impérios que participam na conquista dos territórios, que converge na missão civilizadora, princípio que legitima o livre acesso ao comércio de produtos, a exploração e a prática da escravidão; 2) a extensão e rotas de comércio no interior de Angola, que gerou conflitos com os negociantes nativos; 3) e a execução de trabalho escravo neste território pois era assim projetado a substituição do tráfico para escravidão.

A opção de várias tentativas de execução de um sistema de trabalho escravo foi peculiar nas dinâmicas da colônia portuguesa de Angola, dá indicações básicas do entrave para esses

³² BENDER, G. J. Angola sob o domínio português: mito e realidade. Luanda: Editora Nzila, 2009.

eleitos que estimulavam encontrar mais trabalhadores e que faria dos projetos idealizados avançar e se possível fosse.

A tarefa da “população preta” era dar continuidade aos serviços e que fosse permanente a este ofício. “Desta coexistência se foi passando a uma substituição, em especial na década de 1850. Face à “natureza” dos nativos, a escravatura fora justificada como forma de civilizar; justificação que servia agora ao trabalho obrigatório” (SEIXAS, 2015, p.218). Os jesuítas afirmavam nos séculos anteriores à não conversão dos africanos, que era preciso lançar mãos às armas para submeter os africanos que tinham verificado que a sua conversão não se alcançaria com amor (BENDER, 2009, p. 252). Sem dúvida, o trabalho escravo era tão generalizado que a comunidade europeia em Angola, acreditava ser possível estabelecer a escravidão em suas relações. Os pareceres da aplicação do trabalho são registrados ainda nas notícias publicadas n’A *Civilização* (1867, 1868, 1869), aos ideais destinados à colonização no discurso que apareciam na imprensa assinada pelos colaboradores:

Era (É) preciso substituir os ombros do preto para o leito de um carro, mandando para outros serviços, 40 pretos cuja faina vai duas juntas de bois vantajosamente satisfazer. Concluímos estes de muitos outros melhoramentos de ordem sucessivamente superiores carecem as nossas províncias. É preciso aproximar a Europa da África ligas as pela circulação da atividade das indústrias das ideias dos sentimentos e o elo destinado a esta união e a colonização.

A concorrência era tanta que a pressão internacional atormentava Portugal em perder os amplos direitos a que se arrogava sobre territórios africanos, que tinham como base os crescentemente obsoletos critérios de “conquista” e a “descoberta”. Tinha-se a atividade agrícola como uma das formas de adiantamento para o progresso e a instrução oitocentista, mesmo que as pretensões se davam em contexto diferentes em muitas das localidades onde havia presença de investidores. Levou as tomadas de ações preocupantes e formas duras, entre as elites portuguesas e os habitantes locais, nativos africanos e lusos africanos.

Na sua maioria nos portos e no interior de Angola vai existir sempre tentativas de aproximações entre as elites portuguesas e os moradores urbanos que dependiam muito das populações do interior até conseguirem ter acesso, manter o contato para produzir alimentos, fazer as trocas comerciais e continuar com essa dependência mútua, recíproca, que facilitava no processo de suas instalações, invasões e o domínio dos espaços. Objetivo era fazer crescer o comércio nas regiões, criar indústrias e empresas agrícolas e desenvolver um comércio nas costas africanas dependente de Portugal “dissemos que atraindo o comércio estrangeiro fluiria aqui o comércio da capital e que o capital desenvolveria as indústrias criadas, criaria ou outras

novas, e distribuir-se-ia bem a agricultura, empregando sim nela, já diretamente e indiretamente” (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867).

A concretização de um projeto colonial para a promoção do desenvolvimento económico era complexa, se caracterizava num modelo assente na exploração dos recursos naturais no trabalho forçado dos “indígenas” em benefício dos interesses metropolitanos e dos colonos brancos. Desde o século XVIII que o projeto procurava dinamizar as regiões de Angola para diminuir a dependência do tráfico negreiro transoceânico. As ações tomadas estavam sempre baseadas numa construção económica condicionada aos benefícios que criavam os mercados externos, que serviria de suporte, impulsionada pelos interesses da exploração pacífica até atingir o interior de Angola.

Em Angola existiam homens europeus que durante muito tempo que possuíram empreendimentos e comercializavam. A história de Angola desde o século XVII até bem dentro do século XIX, foi marcada pelo tráfico de escravos para o Brasil e América, é marcante as várias deportações ou mesmo degredados e criminosos dos mais diversos graus que enviavam para Angola, estes, por sua vez, tomavam cargos e tornavam-se os negociantes. “A população branca de Luanda era então, em grande parte, formada por degredados e os seus descendentes ocupavam os postos militares e civis” (PANTOJA, 1999, p.555). Mesmo assim, essa política foi incentivada durante muitas décadas, o fluxo de enviados de degredados para Angola começou a aumentar e já se via povoamento de degredados no século XVIII. Registra-se que A Câmara Municipal de Luanda, responsável pelo registo de todos os degredados que chegavam, reivindicava da Coroa o direito de enviar os condenados para o interior de Angola e de proibir que ocupassem cargos oficiais³³. O semanário *O Mercantil*, publicado entre 1870-97, que teve como proprietário e diretor José Pinto da Silva Rocha, releva a importância do povoamento, de degredados e militares:

Ao longo dos seus 27 anos o jornal denunciou os funcionários públicos corruptos (no 442, Maio de 1877); defendeu a importância dos degredados no desenvolvimento da colónia (no 558, Agosto de 1879); criticou o abandono das instituições do Estado e as irregularidades cometidas pelos militares (no 621, Junho de 1881); aplaudiu a ocupação e a expansão militar portuguesa em Angola (no 689, Outubro de 1882); e defendeu a colonização em África e o projecto colonial do governo central (no 806, Janeiro de 1885). (FONSECA, 2014, p.88).

Analisar os papéis desempenhados pelo jornalismo em Angola, acompanhou os processos de expansão portuguesa durante o século XIX, sistematize também o legado do

³³ Ver: PANTOJA, S. A diáspora feminina: degredadas para Angola no século XIX (1865-1898). *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), 1999 (2.o-3.o), 555-572.

sistema de imprensa do período colonial, reflete as relações entre a imprensa, o império e o colonialismo (FONSECA, 2014, p.2).

No século XIX, é marcada também pela projeção das famílias crioulas, no seio das quais emergiram as famosas "donas", Dona Ana Francisca Ferreira Uberty e Dona Ana Joaquina dos Santos Silva, frequentemente referidas nos textos de George Tams³⁴, juntamente com outros grandes negreiros, tais como Arsénio Pompílio Pompeu Carpo, Pinto da Fonseca, Nicolau Tabana. Mas pequena parte deles nascidos nessas regiões e que já tinham experiência com o território, intervenham diretamente na política colonial, que tornou as comunicações entre Portugal difíceis. Compreendido no discurso *d'A Civilização* que existiam objetivos diferentes entre os representantes da corte que começavam habitar nas terras de Angola.

Os homens que a partir de 1820, na era abolicionista, esses dominaram o odioso comércio, em maioria, recém-chegados que até então não haviam tido qualquer papel relevante na época do tráfico legal, trouxeram consigo novas condições de risco e de lucros desmesurados que levaram ao afastamento dos investidores tradicionais, abriu a porta a aventureiros insensíveis à causa da humanidade e atraídos pela promessa de ganhos³⁵.

Significativamente, nas décadas que se seguiram, os portugueses tentaram impor plenamente o seu poder sobre as regiões, nos anos 1866-1869. A partir desse momento, a ocupação foi justificada na missão civilizacional. No entanto, esse discurso tinha como objetivo mascarar o real objetivo e impor uma intensa exploração, destruindo bens, casas e os negócios de famílias:

Por todos os pontos do interior muitos atualmente iremos disseminar casas de negócios, com guarda livros, caixeiros, fâmulos. Formaria se famílias ali, concorriam às multidões do gentio. Por esta maneira povoar o interior, povoá-lo é verdadeiro modo de ocuparmos e fortalecermos. Deste logo aumentaríamos as nossas relações com o gentio, assim faríamos penetrar de dia para dia mais longe o gosto pelos artigos da nossa importação e o exemplo é amor dos costumes, das artes e da civilização. Cada uma dessas casas de comércio no interior seria um princípio da civilização, origem de muitas indústrias, motor de muito trabalho, causa de muita produção (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867-68).

³⁴ George Tams considera-os que «Todos eram iguais, duvidava que não fosse negociante de escravatura e que recusasse entrar em qualquer transação criminosa, contanto que por meio dela pudesse aumentar os seus lucros». Tams foi um médico alemão que visitou Angola em meados do século XIX, e descreve pormenorizadamente a vida económica e social de cidades como Benguela, Luanda e Novo Redondo». Namibe já foi Mossamedes no antigamente. Disponível em: <https://mossamedes-do-antigamente.blogspot.com/2015/03/arsenio-pompilio-pompeu-carpo.html?m=Acesso: 25.02.2022>.

³⁵ Eles viviam instalados no Rio de Janeiro ou na Baía, em Havana ou Nova Iorque, praticavam o tráfico ilícito, construíram fortunas meteóricas, a partir de seus parques haveres, e num curto intervalo de meia dúzia de anos, dispunham de plantações, riquezas, influência política, por vezes títulos de nobreza.

A criação de um periódico destinado atacar todos os prejuízos e combater todos os abusos passava a ser uma ferramenta que denunciaria todos os males que aconteciam nessa terra, revelando os comportamentos dos residentes com as populações indígenas das regiões, a antipatia das governações e dos constantes abusos dos residentes. Assim, foi logo desde o seu princípio o periódico sendo atacado pelas publicações referente as notícias que denunciava os comportamentos dessa elite. Era importante a questão da extinção desse tipo de práticas no interior e dos governos militares. A imprensa livre em Angola fazia questão de tornar público os ataques mediante as suas colocações sobretudo quando se criticava o governo colonial e as práticas erradas. Os seminários tinham por vezes essa característica política na crítica ao sistema, atacando diretamente as ações dos governadores. Alguns jornais de “assimilados” aderiram também aos ataques, condenando não só as práticas de trabalho forçado, mas a própria “civilização”, que para eles pouco mais significava do saque, devastação, venda, tortura e chacina das populações africanas (BENDER, 2009, p. 257).

Após a abolição do tráfico de escravos, a ideia de Angola continuar associada próspero ao Brasil, teve muitos adeptos. A facção pró-portuguesa ganhou, no entanto, e procurou desenvolver esforços para estimular uma economia de exportação tropical. Para isso apoiou-se na manutenção deste trabalho forçado. O trabalho forçado que aparecia no periódico se refere às situações em que as pessoas eram coagidas a trabalharem por meio do uso de violência. A exceção deste modelo de trabalho foi um obstáculo, em quase todos os lugares existia resistência da população local, explodiram movimentos de resistência que enfrentaram toda tentativa de ocupação e exploração, dificultando o estabelecimento. O que se pode dizer que as intenções dos portugueses não aconteceram largamente durante as décadas anteriores e séculos passados, por conta do fracasso e medo de revoltas, por esta razão, eles não esperavam mais para começarem alargar o comércio no interior mesmo que não fosse em grande escala.

Os primeiros ensaios de colonização dirigidos iniciaram no ano de 1856, dois séculos depois dos primeiros contatos de uma colônia militar agrícola, constituída por pouco mais de uma centena de portugueses. A cultura cafeeira angolana foi influenciada pelo modelo brasileiro, pois a demanda internacional no processo de expansão cafeeira foi inserida no Cazengo, para sustentar a importância do mercado externo na expansão e uma reprodução alargada, através da transferência de capital mercantil para a agricultura comercial nascente para sustentar a importância do mercado externo “de uma reprodução alargada, através da transferência de capital mercantil para a agricultura comercial nascente (...)” (DIAS, 1998, p. 452 apud SOUZA, 2018, p. 280; FERREIRA, 2014). Do capital acumulado no comércio

negreiro, foi refutada por Valentim Alexandre (1979) naquele mesmo ano de 1829, o café já era o responsável por 59,41% das exportações de São Tomé e Príncipe³⁶.

O desastre não se fez esperar tanto mais que na referida situação de chuvas tinham sido tardias, o que comprometeu as atividades agrícolas. Regiões de Angola apresentava-se com enormes áreas de produção, já se importavam e exportavam, a todo custo pretendia-se para este território, reproduzia feijão, milho e farinha de mandioca. O Bengo e Dande eram regiões onde agricultura se desenvolviam, existiam grande plantações e de arrimos, cultivados também nas margens dos rios Kwanza. Alguns dos colonos estabelecidos em Moçâmedes eram ex-agricultores que contribuíram para a transferência de tecnologia do Brasil para Angola, na construção de engenhos de açúcar, produção de cana-de-açúcar e destilação de aguardente.

A partir de meados do século XIX regista-se uma transformação do setor agropecuário, com o surgimento de novas espécies vegetais e animais (cavalos e burros). Foram introduzidos o milho, a batata-doce, a ginguba, e mandioca (da América); a banana e o arroz (da Ásia); o trigo, os citrinos e as hortaliças (da Europa). De entre os produtos cultivados para a exportação destacavam-se o café (da Etiópia), o cacau (proveniente do Amazonas), o gergelim e o algodão (originários da Índia) e a pesca marítima suplantou a pesca fluvial (DIAS, 1998 *apud* SOUZA, 2018).

O setor agrícola brasileiro em meados do século XIX tornou-se o modelo para o desenvolvimento de trabalhos livres e escravos, mercadores, banqueiros e vendedores varejistas. Homens e mulheres estiveram presentes em todas as fases desta cadeia de aprovisionamento. A Ginguba era um produto prodigioso que se desenvolveu há anos. Ambaca, onde o serviço forçado estava completamente de direito e de facto abolido, graças à enérgica resistência que havia constantemente oposto aos tipos de trabalho, devido à inteligência do proprietário do concelho. O Sr. Mendes Machado prestava um bom trabalho naquele concelho, evitava lances que poderiam colocar em causa a sua administração.

Ambaca foi também uma região que se destacou por sua posição de dominância no comércio com o interior, quando a expansão do tráfico de escravizados no sertão africano determinava a ampliação do crédito comercial fora da zona de 'conquista' português, uma região que começou a ser povoado desde os anos de 1611 por expedições portuguesas, produzia com

³⁶ Tal facto possibilita uma visão mais ampla da redução dos direitos sobre os gêneros provenientes dos domínios africanos em Portugal, pois o arrefecimento buscou canalizar o comércio do café para Lisboa barganhado nas possessões com navios estrangeiros num momento de grande demanda comercial. Todas essas ações eram, de certo modo, resultantes do Tratado de 1826 envolvendo o Brasil e a Inglaterra que datou o fim do comércio de escravizados. O acordo foi fruto da necessidade de ter as portas comerciais do velho continente abertas num, Todas essas questões importam em razão de estarmos abordando uma proibição imposta externamente em troca de uma possibilidade de realização comercial a uma sociedade forjada na escravidão que acabava de ter vivenciado o aumento da prática escravista (DIAS, 1998 *apud* SOUZA, 2018).

maior potencialidade o milho, café, mandioca e ginguba (amendoim). Fatores estes, que favorecem a formação de aglomerados urbanos, de cidades, no sertão, revela de certo modo a natureza do projeto colonial, da influência das linhas no ordenamento do território. A conquista d'África, na região Central e Austral, a partir da segunda metade do século XIX, tem implícita a procura desses recursos, disputando-se os territórios numa partilha que reflete a competição em curso, entre os impérios coloniais europeus. No início do século XIX, Ambaca, era o principal centro de poder africano, localizado a norte do Cuanza, “um dos primeiros centros da escravatura portuguesa, seus habitantes, eram especialmente notados pelo desenvolvimento da sua agricultura³⁷”

Ambriz, em larga escala uma região que começava a ser ocupada, registrou neste espaço momento de maior tensões, não só com a com a população africana que manifestou em ações resistentes. As disputas de ocupação dos territórios durante este momento é marcante entre os ingleses e portugueses, o favoritismo de Portugal era maior ainda no seu direito na ocupação do norte do Ambriz por meio da diplomacia. A ocupação desta região lançaria sua exploração plena e estabeleceria sua colônia, reduzindo as importações e manufaturados no setor industrial europeu. Essa importação foi resultado das necessidades que investidores e consumidores tiveram durante a ocupação como projeto, em benefício próprio até o domínio das regiões que estavam sendo procuradas. O objetivo era colonizar ao máximo essas áreas, os autores referiam-se dos esforço de introdução de produtos cultiváveis e à dificuldade dos produtos. A economia colonial estava estruturada de forma complementar as demandas e os prazeres da classe dominante. Produzia-se o que a lhes convinha e o que necessitavam. Cada um dos setores tinha importância maior ou menor, de acordo com a região e o período em que se desenvolvia.

O Norte de Angola era uma região que produzia muito a mandioca, tratava-se de uma das culturas de sustentação da população camponesa. A região da mandioca é constituída, sem exceção, por todas as zonas a Norte dos rios Cuanza e Lungué Bungo. No processo de ocupação de terras, o grande objetivo era apoderar-se dos terrenos de cultivo, dos estabelecimentos. Nesse âmbito, para não assustar os residentes, a conquista desses espaços seria feita aos poucos. Existia um certo recuo dos portugueses numa eventual ocupação nas buscas de terras, evitando assim repercussões inesperadas da comunidade, que contribui no início na interação entre as populações europeias e africanas.

³⁷ Das missões científicas/botânicas às vilas do café no Cuanza Norte. O caso de Golungo Alto e de Ndalatando na urbanização de Angola. António José Sequeira Afonso de Deus, (Dias 1994: 51).

A ocupação das terras era um elemento essencial no projeto colonial português, durante séculos que o problema da territorialização passou a ser uma porta de saída para a sua expansão e de estratégias políticas coloniais. Uma das finalidades era o controle dos espaços favoráveis na agricultura e no comércio.

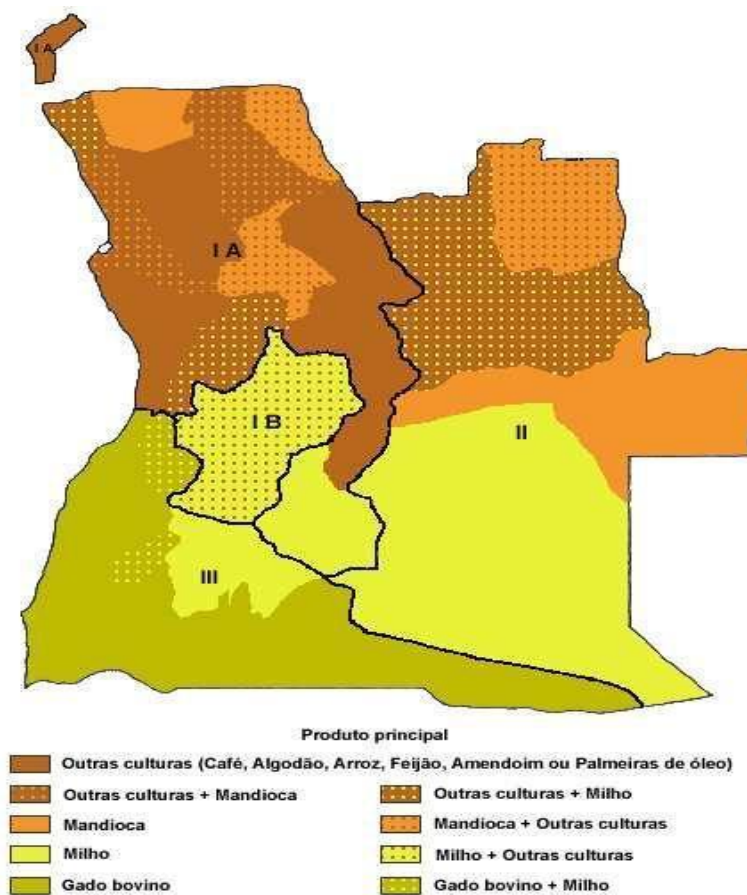
A presença de militares seria também estratégica, que facilitaria no domínio e intimidaria as populações. A ocupação do Ambriz por forças portuguesas seria um passo em frente no combate ao tráfico de escravos. A escravatura fazia parte do léxico e do arsenal das relações internacionais a respeito da África ou das Américas, não era apenas exclusivo inglês. Os portugueses tentaram usar a questão da escravatura como meio de alcançar mais facilmente seus objetivos imperiais a partir de 1830, tentaram usar a questão da escravatura como forma de mais facilmente atingirem as suas metas imperiais. Daí que um dos principais pretextos para a ocupação do Ambriz por forças e autoridades portuguesas fosse o de acabar com o tráfico da escravatura, que se fazia em larga escala. A justificação na altura não era de fácil compreensão, em finais da década de 1840, para legitimar as suas pretensões e forçar a anuência de Londres. Os executivos portugueses já podiam invocar com alguma razão de ser a extensão da ocupação territorial a coberto da filantropia, do direito moral de intervir no combate contra o tráfico de escravos.

O Ambriz onde já existiam duas feitorias inglesas, uma no norte americana, um francesa e seis luso-brasileiras, ficaria como porto franco para o comércio estrangeiro apenas durante um ano. Os ingleses pretendiam continuar a explorar regiões que para Portugal estavam no seu direito. Ora, o Ambriz situava-se a 7° 51' de latitude Sul, numa região onde, de acordo com os tratados então em vigor, o governo de Londres não reconhecia qualquer soberania portuguesa³⁸. Ainda assim, há uma forte tendência para o desenvolvimento do comércio ao longo das costas africanas ao longo do tempo, particularmente no que diz respeito à exploração ilícita da cultura do tráfico por inúmeras pessoas³⁹. Objetivos de exploração e o tráfico de pessoas costumavam ser dois dos fatores que contribuíram para o atraso do projeto colonial e civilizatório da região. Pois, sem o fim do tráfico, o adiantamento de se desenvolver uma economia no país era impossível. Por outro lado, um dos objetivos prioritários da política britânica relativamente a África era o de garantir que a costa se mantivesse, tanto quanto possível, aberta a uma comunicação não restringida. E, no entanto, em 1855, as tropas portuguesas ocupavam o

³⁸ Marques, P. J. A ocupação do Ambriz (1855): geografia e diplomacia de uma derrota inglesa. 2016.

³⁹ Ibidem, 2016. Constata-se que a pressão britânica para que Portugal abolisse o tráfico de escravos deu origem a vários acordos bilaterais anti-escravistas, aproveitados pelos portugueses para definir e delimitar, em concordância com os britânicos, os seus territórios em África. A ocupação do Ambriz (1855): geografia e diplomacia de uma derrota inglesa.

Figura 2 - Mapa - Angola. Agricultura tradicional. Grandes regiões: produção

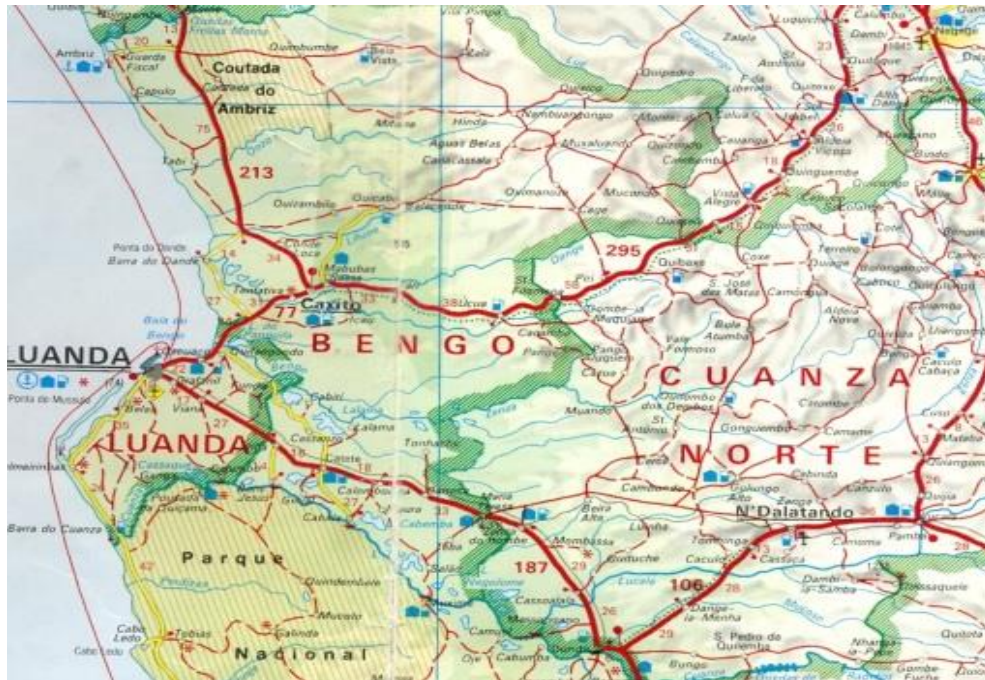


Fonte: Neves, 2010.

Figura 3 - Mapa - Angola. Moçâmêdes, Ambriz



Figura 4 - Mapa - Angola. Luanda, Bengo, Ambriz



Fonte: Angola Field Group.

3.3 NOVOS COMERCIANTES NAS REGIÕES

Angola recebe missionários e funcionários, novos negociantes, portanto, do fim do comércio de escravizados o índice de desenvolvimento do comércio interno terá uma subida gradual, os europeus, estrangeiros e os africanos começaram a desenvolver uma cultura comercial de trocas de produtos. Comerciantes de Luanda criaram parcerias e empresas com apoio governamental para promover o desenvolvimento econômico da colônia. Enquanto algumas iniciativas tiveram sucesso, outras falharam devido à falta de fundos e de pessoal qualificado. Os nativos comerciantes e agricultores tinham várias alternativas de seus produtos, esses deixavam as vezes de fazer trocas com alguns comerciantes europeus nos seus concelhos, preferiam ir à busca de pessoas que poderiam oferecer maior quantidade por um produto.

Na segunda metade do XIX houve uma onda na política comercial de Luanda onde a maioria da população participava. Muitos que dominavam a ordem do comércio eram aqueles que estavam em Angola por muito tempo e os nascidos na região. Uma pequena parte estava envolvida ainda com o comércio atlântico de escravos. Dessa elite uns ocupavam cargos nas administrações dos concelhos. Segundo Fonseca (2014, p. 88), esses “formavam uma elite que pela sua riqueza e educação, ocupava uma posição privilegiada em relação aos africanos”. A integração de valores e crenças africanos e europeus e a posse privada da terra caracterizavam

esta elite, a qual tinha enriquecido com o tráfico de escravos e que concentrava a sua “aristocracia” em Luanda⁴⁰ “No Exército e no clero, africanos negros e mestiços que dominavam códigos culturais europeus distanciaram-se, política, econômica e culturalmente, da massa de nativos considerados incivilizados, sujeitos à escravidão” (BITTENCOURT, 2017, p. 12). A parte inferior do grupo, acrescenta Fonseca (2014, p. 89), constituía-se de artesãos e operários, que, pelo acesso à educação e pela adoção dos hábitos europeus, vão ascender. A inserção das elites africanas nos cargos de administração colonial deu-lhes prestígio social”.

Em 1835 um grupo de investidores criou a Companhia de Agricultura e Indústria de Angola e Benguela para produzir açúcar, algodão e outras culturas. Vários investidores eram traficantes de escravos, que rapidamente abandonaram a empresa para se dedicarem ao comércio de cativos (OLIVEIRA, 2021). Todos eram iguais, comerciantes e escravocratas, não recusam entrar nesses negócios, estar em qualquer transação criminosa, tinham contatos que por meio dela pudessem aumentar seus bens. O objetivo desses praticantes do comércio em Luanda e nas regiões de Angola era aumentar sempre os seus lucros.

Tams, foi um médico alemão que visitou Angola em meados do século XIX, descreve pormenorizadamente a vida econômica e social da sociedade como a de Benguela, Luanda e Novo Redondo. O comércio durante tempos alterava suas formas, dos praticantes e dos produtos, dependendo das regiões dividido por etapas. Mostra Menz (2011), que os portugueses trocavam conchas, sal e produtos europeus têxteis de palma com povos que viviam a nordeste do Reino do Congo. Não tardou que resultou que os nativos começavam a se distanciar e de participar em algumas atividades comerciais com os portugueses. Eles preocupados com a situação, os agricultores questionam-se das razões que levou a população local deixarem de praticar o comércio, em determinados lugares já habitual, preferiam buscar outros tipos de serviços, vendas com outros comerciantes, causando assim um atraso repentino nas projeções e planos traçados.

A nossa obrigação é descobrirmos as causas e o que eles preferem, onde preferem outros serviços, qual cultura do campus. Se nos interessamos, certamente em fazer aplicar-se ao serviço do solo, nosso dever é estudar, porque meios sem ofender a sua liberdade, obteremos dele, que se ocupem na indústria. (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867).

⁴⁰ Ibidem, 2014, p. 88.

3.4 POVOAMENTO E EMBATES

O projeto de povoamento desta “colônia” sempre foi uma tentativa fracassada durante algum tempo, até o século XVII existiam planos reformistas. O incentivo ao povoamento civil e à construção de novas vilas tinha por objetivo ordenar e controlar o espaço dentro de um programa de reformas que visavam ampliar a autoridade real no interior das colônias, aproveitando “ao máximo as potencialidades dos territórios até então inexplorados” ou pouco explorados. A necessidade de cultivos das terras gerou invasões. Na verdade, a pretensão era de ver acontecer em Angola o que aconteceu no Brasil, ver “os pretos livres na enxada”, e os que se encontravam nos campos de trabalho, nativos, “colaborarem aos trabalhos, cediam as suas terras”. Não que os “pretos de Angola” não quisessem exercer essas atividades, era mesmo a resistência e o receio de perderem de forma fácil os seus terrenos de cultivos. Por esta razão que a dominação de algumas regiões em Angola só começava a ser possível com a forte presença de forças militares. Foram várias as expedições efetuadas aos territórios, no jornal as conflagrações caminhadas de grupos de forças militares direcionadas contra os nativos foram sempre justificadas na ideia da superioridade dos “indígenas”. A ideia apresentada no periódico era que a tecnologia e as capacidades dos brancos tornava-os no direito de dominação, às quais se seguiram campanhas militares com o objetivo de "pacificar" as populações. De um modo geral, teria havido um esforço de unificação do espaço para afirmar a soberania portuguesa através da ocupação política que visava também a difusão dos valores europeus entre os " habitantes naturais da terra " do Coroa. A relação com a posse de terra sofreu alterações significativas no século XVIII, fruto da interiorização da presença portuguesa e da localização da exploração dos recursos naturais.

Os militares em Angola intimidavam as populações, obrigando os trabalhadores a deslocarem-se para outros espaços. A força dos militares foi um dos fatores que incomodou os residentes e a população nos seus empreendimentos. A presença militar, o combinado era não usar a força. Não seria então de forma criminosa que esses atos iriam ocorrer, nem com discursos irônicos falsos que deviam ser tratados as questões (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867). Faltou, no entanto, uma aproximação saudável no contato com os donos da terra, que dificultava a relação na forma que oficiais procediam. A moderação nos contatos com as populações residentes, os agricultores tinham a sensatez no domínio, a meta tinha-se, não perder de forma atingível os territórios dominados. Com uma forte atração aos territórios, as relações econômicas e comerciais ainda fluíram entre os africanos e os europeus até o século XIX, não só pelo fator comércio, existia um cuidado dos líderes africanos nas

aproximações. Da mesma forma, os africanos aceitavam este tipo de relação para evitar um domínio por meio da força militar na região. Entre os portugueses agricultores e investidores existirá um diálogo, que deveria se ter cuidado em primeiras instâncias a todo tipo de tentativa no processo de tomadas de bens; não ter repercussões tão cedo nas ocupações; esta conquista seria feita de forma gradual e que não ficassem claros os reais objetivos traçados, mesmo que eles se neguem.

3.5 QUEIXAS

No concelho de Muxima, houve queixas, nas fontes consultadas mostrava que eram denúncias constantes que governadores recebiam dos habitantes nos seus concelhos, dos oficiais. Essas queixas chegaram por meio dos representantes da região sobre as espoliações e violências que ocorriam, dentre estes estavam os representantes de sobas e dos distritos, por vezes dos residentes. A relação dos nativos com os portugueses passou então a custar o bom conceito da habilidade para quem deveria governar e administrar. A natureza das atividades dos europeus mudava segundo o posicionamento dos nativos, suscitando nos africanos várias reações, ocorreriam largamente em função das condições locais, como a natureza da sociedade (centralizada ou não, gozando de autonomia ou com a autonomia perdida para outro poder africano, em expansão).

O relacionamento durante esse momento foi tenso, as relações transcorriam num processo lento violento, muitas vezes devastador devido às exigências de uma nova cultura imposta por quem iniciava colonizar e à sua permanência, inércia de hábitos culturais. No século XVII, vitórias militares afirmaram a presença portuguesa nas regiões com objetivos comerciais, saindo dos sertões e percorriam centenas de quilômetros de caminhos de terra⁴¹ presos em ferros uns aos outros, até chegarem aos portos marítimos da África Centro-Occidental (Luanda, Cabinda, Benguela)⁴².

A ocupação do local de Muxima por forças portuguesas remonta ao estabelecimento, em 1581, de um pequeno posto militar à margem esquerda do rio Kwanza, pelo então governador de Angola, Paulo Dias de Novais. Mais tarde, este posto veio a tornar-se num presídio (estabelecimento de colonização militar), com a função de defesa diante dos povos de

⁴¹ A Feira de Cassange, por exemplo, localizada no “distante sertão tão complicado e dependente”, era considerada pelas autoridades de Angola como “a mais principal e fundamental base da exportação dos escravos deste Reino [Angola]” para as Praças de Lisboa e Brasil.

⁴² Ver: MARQUES, A. B. L. A Travessia de escravos dos sertões de Angola para os sertões de Pernambuco (1750-1810). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 37, n. 2, p. 58-81, 2019.

Quissama. Nesta época, o presídio oferecia suporte às relações comerciais na região, servindo como ativo entreposto de mercadorias e de escravos aguardando transporte para o continente Americano. A construção deste local só teve um desempenho significativo, no início dos séculos que se seguiram, marcante entre o XVIII e o XIX.

Para este tipo de reações de invasão dos oficiais (1860-1880), os habitantes de Muxima questionavam nas situações ocorridas se era falta de capacidade aos dirigentes daquele concelho em função das desordens ou da própria administração para os constantes números de abusos e falta de moralidade, repleta de maus tratos e que era um grande vexame para situações de instabilidade na região.

As queixas eram resultantes dos domínios das terras pertencentes aos africanos e daquelas e dos residentes nesses espaços, que tinham uma vida normal.

A liberdade de terra no continente africano gerou intriga no processo de expansão e ocupação dos territórios, com os líderes e chefes africanos. Foi um processo de lutas e negociações, para os europeus durante este momento, tomarem conta das regiões e ocuparem o interior. As reclamações que chegavam aos governadores passaram a ser incessantes, uma vez que as autoridades pretendiam tomar com rapidez o interior de Angola, acabando se tornar mais graves as ambições e as políticas projetadas.

Nessas novas comunicações, ficou implícito que a ordem política e as posições adotadas, seriam a favor da liberdade individual e coletiva, e que os conflitos não existissem. Informações sobre o domínio da região apareceram no discurso da imprensa, que precisavam ter um diálogo direto com a população para evitar revoluções.

Os habitantes da Muxima obrigavam diante daquele cenário no concelho, uma forma de governar que tivesse avanços para o progresso, se fosse possível mudar os administradores, exigindo uma boa chefia pública e que fossem necessariamente públicos os lances que estivessem envolvidos com a província, dos distritos em todos os concelhos⁴³.

Verifica-se que alguns funcionários daquela área abusarem de suas posições e faziam o que bem quisessem, ainda mais quando se tratava das invasões. A influência econômica e política seriam então dois fatores primordiais para não existir uma relação mútua com o povo. A natureza da autoridade encabeçava tomava conta. O grau de penetração da influência política, religiosa e econômica dos europeus resultou em revoltas. A força militar, em geral, espalhava-

⁴³ Os concelhos eram compostos por Barra do Bengo, Barra do Dande, Libongo, Alto Dande, Icolo e Bengo, Zenza do Golungo, Muxima, Calumbo e Novo Redondo. Em cada um dos distritos, havia um governador militar e civil e uma residência na capital no distrito. A administração da província pertencia ao governo geral por intermédio dos governadores dos distritos.

se de modo que não era possível ter uma organização e disciplina, nem haver a indispensável administração e fiscalização de despesas, nem portanto dar-se bom serviço. As guarnições do Ambriz, Bembe e Congo compostas de elementos tão diversos e heterogêneos, e em tal confusão, era impossível observar a boa ordem a todos os respeitos.

No ramo administrativo apresentavam-se em vigor um ao lado do outro, e em íntimo contato, dois princípios não harmonizados aqui ainda durante muito tempo. Existia autoridade administrativa dos concelhos ligada à autoridade militar. Durante Essa fase, praticamente todos os africanos visavam o mesmo objetivo, salvaguardar a independência e seu estilo tradicional de vida. As populações não aceitaram docilmente a sua condição de escravos e que nada fizeram para resistir ao trabalho compulsório. Houve fugas individuais, desobediência, pode-se assim dizer que, foi uma investida que pouco resultou sucessos para algumas regiões. Alguns agricultores nem sequer conheciam as áreas de ocupação e domínio, causando assim uma rejeição. Dentro desse projeto civilizatório que se arquitetou para Angola, os territórios se viam diante de uma outra preocupação delicada para esta caminhada, a abolição do sistema escravista que se mantinha nas relações de trabalho. “A resistência armada foi uma estratégia importante contra a espoliação do território africano pelos conquistadores” (ALFAGALI, 2009, p. 5).

4 O DISCURSO DO PERIÓDICO DAS PRÁTICAS ESCRAVAS E DA CIVILIZAÇÃO

4.1 OS RELATOS DA IMPRENSA E CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO

A imprensa passou a criar um problema no projeto político colonial para Angola. Os debates mantidos na imprensa livre começavam a incomodar os interesses de muitos, vetando as interações lusitanas e projetos coloniais, devido às constantes denúncias que foram dirigidas ao periódico. Nas notícias que os jornalistas argumentaram, algumas delas eram sobre a política inserida pelos governadores da província, inquietos com as situações impróprias e desumanas ligado diretamente com os povos das regiões. Os periodistas tinham planos ambiciosos que poderiam ser aproveitados, para realidade da província estavam longe de serem executados. Pensavam num território que poderia produzir, caminhar no sentido contrário, bem melhor para o progresso, ainda mais nos problemas relativos à estabilidade dos espaços.

Para o caso de Angola constatado no periódico, estavam longe de se concretizar os planos. A grande preocupação eram mesmo os objetivos diferentes, as comunidades brancas, portuguesas e europeias, encontravam-se ligados ainda no processo de mercantilização do sistema capitalista, que envolvia o tráfico e a exploração de pessoas em terras. Entretanto, crê-se que o impacto da crise terá sido assolador para os portugueses e a ordem mundial imperialista da época. O "imperialismo" como iniciativas de políticas que visavam o avanço da expansão territorial, econômica e cultural de uma nação sobre outra, esta fase, das relações políticas e econômicas, Eric Hobsbawm chamou de era dos impérios, poder-se-á ser usada para aludir a eventos contemporâneos, mas é frequentemente usada para descrever as políticas de expansão territorial e econômica que as nações europeias apoiaram na maior parte do globo no final século XIX⁴⁴.

A imprensa livre em Angola durante este momento interveio massivamente na política, sobretudo nas suas relações diplomáticas e nos acordos feitos com outras nações europeias. Se criou um pensamento crítico fundamentado em críticas aos problemas sociais. Ao longo da exploração do presente periódico, uma pequena parte da população nas regiões expunham suas opiniões no jornal, assuntos relacionados à “colônia”.

⁴⁴ Sendo o responsável pelo desenvolvimento de enormes potências imperiais ultramarinas. Segundo o historiador Eric Hobsbawm, durante a era neocolonialista, as terras do mundo foram ocupadas por potências imperialistas. As discussões em torno desse tema passa a ser sensível e assim como apaixonadas, densas e confusas, que a primeira tarefa dos historiadores é desemaranha-las para que o fenômeno em si possa ser visto, pois a maioria das discussões não tinha como tema o que aconteceu no mundo de 1875 -1914, e sim o marxismo, toma capaz de suscitar sentimentos forte.

Em relação aos moradores, refere-se às notícias assinadas pelos eles nas regiões. Existia sem dúvida notas no periódico, menções de desabafo de residentes, pessoas que manifestaram suas opiniões, eram também portugueses que viviam em Luanda, luso brasileiros que se identificavam com o território e os próprios nativos da região. Estava todos engajados na política interna local. Esses, só participavam diretamente, devido ao ambiente envolvido, se posicionavam obrigando de qualquer forma as direções estabelecerem ordens, em complicações administrativas e comerciais.

Durante a segunda metade do século XIX, a sociedade passou por mudanças políticas e sociais, na sua forma de observar e entender a nova realidade, havendo sempre questionamentos da atuação política e os horizontes, seu desenvolvimento lento e pouco próspero na governação⁴⁵.

Os assinantes do periódico articulavam no periódico. Expressavam-se a partir do jornal o que ocorriam nas regiões, suas intervenções foram identificadas por meio dos conteúdos dirigidos, manifesto e no descontentamento, às vezes expressavam-se na primeira pessoa. Esses problemas podem ser identificados numa análise do ponto de vista textual e dos aspectos linguísticos que possibilitam compreender o funcionamento daquela sociedade, grupos sociais, espaços e o grau de escolaridade por meio do discurso e da linguagem. Tratamos aqui de articuladores todos aqueles que publicaram no periódico, mas não faziam parte do corpo dos redatores do jornal. Estes, apareciam no jornal com seus nomes assinados, esses eram colaboradores, pessoas influentes da região e divulgavam seus problemas a partir do periódico. O periódico abria esse espaço, para atrair a sua concorrência, contribuíram para manter o periódico circular.

Em Caxito⁴⁶, os moradores expunham seus problemas, particularmente da governação de alguns espaços. Muitos governadores não faziam cumprir os bons princípios com o povo. Esta ação fez criar tomadas de decisões, vindas de grupos envolvidos dos mesmos problemas, se esperava uma resolução dos responsáveis dos concelhos, não faziam cumprir seus deveres e seus papéis de dirigente. Os conflitos não foram só verificados num só concelho. Os casos e queixas continuavam noutros lugares, quase sempre as mesmas, políticas e administrativas.

⁴⁵ HOBSBAWN, E. J. A era dos impérios, 1875-1914. Tradução Sieni Maria Campos, Yolanda Steidel de Toledo, 1 ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2012.

⁴⁶ A capital do Bengo, cidade vizinha de Luanda há 55 km a norte, que a partir do século XIX ganharia alguma relevância, Caxito tornou-se o centro de toda a zona cafeeira que se estendia até Nambuanguo, Pango-Aluquém, Dembos e Bula Atumba, onde se instalou também a Companhia Açucareira de Angola e uma zona antiga conhecida o antigo de exploração agrícola. Bengo, confinada pelas províncias angolanas de Uíge e Zaire (a norte), Cuanza Norte (a este), Cuanza Sul (a sul), Luanda (a oeste) e pelo oceano Atlântico (a oeste), a província de Bengo tem uma superfície de 33 016 km². (Disponível em: <http://m.redeangola.info/roteiros/caxito/> Acesso em: 02 jan. 2022).

Nesta fase, a feira de Caxito estava sendo invadida por grupos de investidores que chegavam de Luanda com interesses em uma das regiões, faziam daquele espaço um palco de luta para desenvolverem os negócios e na participação do comércio, começavam a incentivar os negócios nesta região. Esses conflitos, a posição dos residentes, numa publicação feita na *A Civilização da África Portuguesa*, percebe-se que tinham impacto na política regional, principalmente nas tomadas de decisões.

Nesses posicionamentos, mostravam a recusa e exigiam mudanças. Por esta razão, a atuação deles foi assídua, por vezes “descaradas”, participativas e impulsionaram nos recados, lançando mensagens aos administradores dos seus respectivos distritos, para resolução dos incômodos.

Caxito⁴⁷ apresentava enormes dificuldades relativamente à sua administração. Na questão da água na região do Sassa. O acesso a este produto durante muito tempo em determinadas localidades, havia pouco abastecimento, sem água tornava difícil a circulação do comércio, as entregas de produtos e a brevidade dos carregadores.

Sassa era uma região de comércio e de movimentos de pessoas que tornava esse espaço de negócios e ambicionada no investimento deste processo de ocupação e migração. O projeto colonial neste contexto era a ocupação, expansão e exploração dos bens. Neste bairro, foi onde os colonos colocaram os olhos quando chegaram. Ainda em 1702, a cobiça inicial instalou-se um pouco mais a norte, do Sassa. Os portugueses cedo se aperceberam do potencial mineiro ali encerrado e, em 1768, com ordens diretamente enviadas pelo Marquês de Pombal, arrancaram com a extração de rochas asfálticas e de pedra calcária.⁴⁸

As administrações locais passavam a ser alvos de várias críticas ainda, às populações das regiões exigiam que colocassem ordem nos espaços, devido às estruturas mantidas, que simbolizavam relações sistemática de negação de grupos, a exploração e a própria dignidade

⁴⁷ O nome Caxito teve origem no atual bairro do Quingungo, vulgarmente chamado bairro do Brasil, uma vez que antes, nesse lugar, só existiam matas e savanas ao longo da bacia do rio Dande. Caçadores oriundos da Ilha de Luanda e da região norte e noroeste do país, considerados axilundas e bacongos, cruzaram o bairro do Brasil para trocas comerciais, até que um dos famosos caçadores se fixou naquela localidade. Neste local, os caçadores realizavam a troca de carne com outros produtos de maior interesse dos intervenientes e daí o diminutivo “Caxito”, que na língua nacional kimbundu significa “carne pequena”. Durante a ocupação colonial, em Outubro de 1702, os portugueses não encontraram residências, porque existiam apenas gentes nativas da localidade de Sassa Povoação, por onde surgiram os ocupantes, depois da batalha dos Dembos, passando por Mbanza Bungo, Zombo, Maçando e Sala-Mulemba, que se fixaram provisoriamente na Fortaleza do Morro da Torre-Nordeste, no Icaú. O Dande surgiu, na filosofia utilizada pela Administração Colonial, em Março de 1857, com sede inicialmente em Caxito, tendo transitado pelas localidades de Icaú, Porto Quipiri, Quinjanda e Barra do Dande, denominado “Conselho do Alto Dande”, sob dependência do distrito do Zenza do Golungo. Em 27 de Janeiro de 1930, a localidade passou a ser o Conselho do Dande, com sede definitiva no Caxito, onde permaneceu até 26 de Abril de 1980, com estatuto de vila, sob dependência da província de Luanda (PORTAL DE ANGOLA. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/2012/04/29/caxito-comemorou-mais-um-aniversario/>. Acesso: 02 jan. 2022).

⁴⁸ Caxito. Disponível em: <http://m.redeangola.info/roteiros/caxito/> Acesso: 02.01.2022.

humana. Seriam então mais um problemáticos nessa imprensa a discriminação, dos negros e os indígenas, na medida em que essa manutenção da exclusão ocorria diante o raciocínio dos exploradores na província, que se beneficiaram durante muito tempo. Numa sociedade regida por privilégios, existiram estruturas coletivas e assim conseguiram ultrapassar os obstáculos e os caprichos de certas individualidades influentes, pela projeção de certas famílias, negociantes, as “donas” e sobretudo pela projeção de famílias crioulas, neste seio, vão possuir durante este século graus e oportunidade, acumulando lucros e ganhos.

Voltando na questão do convívio dessa elite que chegava em Luanda, os comerciantes e os residentes de Caxito diziam que era impossível ter uma boa administração onde os chefes são “tudo”, e tomam todos os ofícios e os negócios no concelho.

É impossível, é mesmo impossível que se possa haver boa administração num concelho como este, onde o chefe é tudo, onde o chefe ocupa todos os cargos, quando só para a escrita de todos esses cargos ele não terá minuto de descanso". Catella Falcão, ex-chefe deste concelho, vimos nós muitas vezes em altas horas na secretaria escrevendo - torna-se impossível a autoridade gerir tudo e administrar bem, ainda que queira (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867).

Pelo grau da abordagem do discurso elaborado pelos moradores, na notícia que apareceu no periódico, mostrava o grau de instrução da população na participação política, percebe-se ainda que as complicações passaram a ser tantas ao ponto de criarem suas opiniões. Um aspecto identificado ao longo das políticas administrativas nas regiões angolanas foi a liderança, de uma boa governação nos conselhos municipais em toda região.

Já Luanda, encontrava-se dividida em duas áreas principais: a cidade alta e a cidade baixa. A cidade alta era o centro administrativo da cidade e da colônia, onde estavam localizadas as residências dos governadores, as autoridades militares e eclesiásticas e a Câmara Municipal. A cidade baixa era composta pelo distrito comercial e a periferia. Caxito na altura, se encontrava configurado como uma cidade periférica e comercial. Esses lugares eram formados pelos principais espaços do comércio, incluindo açougues, mercados e tavernas. Na periferia estavam também os quintais que alojavam os escravos à espera de embarque, as cubatas ou casas cobertas de palha onde viviam os escravos que trabalhavam na cidade e os pobres, além dos armazéns e sobrados dos mercadores abastados (VALDEZ, 1864, p. 104-105; VENÂNCIO, 1996, p. 37 *apud* OLIVEIRA, 2016, p.134).

Portugal desafiou suas expectativas para projetar Angola numa colônia produtiva e abastecedora de produtos e alimentos. Vê-se isso a partir das relações construídas em projetos e abastecimento e investimentos nas atividades agrícolas. O projeto civilizatório posto em pauta

dentre os interlocutores, na visão dos periodistas, era duvidoso, partindo daquilo que estava a se criar, uma ideologia estratégica nas relações entre os “pretos de Angola”, típico do histórico de Portugal nas suas experiências colonizadoras. Pregava-se que o trabalho era um bem necessário para os “indígenas”, mas que não passava de escravidão da população.

4.2 A CIVILIZAÇÃO DOS POVOS

A Civilização da África Portuguesa foi um periódico que começou os serviços em 1866 e terminou em 1869, sendo uma das primeiras imprensas independentes. Os conteúdos prezavam sempre à imprensa como uma instituição civilizadora, com empenho dos redatores em interagir com os seus assinantes. Esta circulação do periódico não atingia toda a população, pelo grau de instrução do português chegava apenas aos colaboradores, assinantes e moradores dos distritos. Do ponto de vista da característico, os assuntos publicados eram acontecimentos internos dos concelhos, situações políticas e administrativas das câmaras municipais da província. Essas informações tinham uma influência grande na administração dos territórios, que eram essenciais serem partilhadas pelo resto das regiões. Os assinantes faziam questão de participarem na política regional, fazendo valer os trabalhos dos governadores para que mostrassem serviço em cada região. Este periódico livre chegava em Angola como uma oportunidade na política e na liberdade de expressão.

Durante muito tempo não havia um órgão de comunicação em Angola, quase quatro séculos e a viabilidade das informações entre a metrópole com outros pontos levou tempo de correspondência. Passou a ser um ponto positivo, do ponto de vista estratégico e revolucionário das comunidades presentes nesses espaços que tinha de certa forma uma opinião contra os interesses coloniais da época. *A Civilização da África Portuguesa*, não deixou de apresentar suas observações e de vez em quando contrária e apelativa no que se planejava para Angola, que fez a grosso modo, ecoar em uma controvérsia de opiniões sobre “o preto no trabalho”, o preto como um ser humano tal igual ao branco, pelo bem do território.

O trabalho dos pretos era um passo para o avanço da economia colonial. No discurso dessa elite na imprensa, eles eram os únicos responsáveis pelas lavouras estarem desocupadas e “sem enxada na mão”. Qual seria então o trabalho do branco, a questão que a imprensa periódica nos anos de 1867 colocava, *n’ A Civilização*, a pergunta foi feita na pessoa de Urbano de Castro num dos seus artigos.

A luta firme da população africana em Angola de não colaborar no trabalho com os brancos é identificada ainda, quando eles não concordavam, preferiam às vezes, fazer negócios

com outras pessoas, selecionando os seus próprios compradores, na questão de vendas de produtos com os comerciantes⁴⁹. Uma ação frequente nas relações comerciais entre os nativos⁵⁰. Na interpretação conservadora de Urbano de Castro, no tocante à presença portuguesa ao longo do século XIX, fundamenta Santos (2020), “a interdependência entre os “angolanos” e os portugueses foi provocada pelas relações comerciais.” “Exceto aquelas condicionadas pelas “guerras pretas”, foram harmoniosas e pacíficas dado o grau de “consciência” dos africanos que reconheciam a necessidade de civilizar-se” (SANTOS, 2020, 74).

No discurso da imprensa livre ficava evidente que, o que se queria, que “o preto de Angola” aprendesse a ser civilizado da cultura europeia. Passava-se a imagem de que o trabalho era o caminho da civilização. A medida de aplicação dos usos dos costumes dos povos indígenas, era regulamentado de acordo a sua evolução e qualidades morais, aptidão ao trabalho, afastamento dos seus costumes, e as formas de melhoramento dos povos que definia as condições, faculdades naturais e a sua educação. Neste jornal no discurso elaborado pelos periodistas, acrescenta Santos (2020, p.74.), se “mobilizava uma ideologia nostálgica da grandeza imperial portuguesa, o intuito era promover a civilização dos povos africanos por meio da ilustração”. A concepção portuguesa de que os africanos beneficiariam da subjugação branca nasce desde o século XV, por causa da oportunidade de contarem com uma civilização superior. O racismo cresceu ao lado da expansão imperial e se revelou quase inseparável do excepcionalismo europeu.

O conceito de civilizar ou civilização, predisponha a superioridade de um indivíduo em relação ao outro, neste caso, o europeu branco em relação ao indígena africano, com requisitos de qualificação a cultura europeia, implicava aos indígenas às suas capacidades, habilidades, experiência de fazer as coisas por si, inferior e incapazes de auto governar-se. Neste sentido, a ideia de civilizar povo africano para os portugueses nesta imprensa periódica, estava relacionada no discurso com a afetividade, como se dizia, a salvação do povo. Possuíam uma predisposição especial, demonstrando a ideia de raça e culturas superiores e inferiores. Em contraste, chega-se a questionar essa ideia de civilização que se tornou as relações na

⁴⁹ O que caracteriza ainda mais este período era a cultura comercial que se instigou entres os habitantes da região, existiram vários comerciantes de diferentes pontos da Europa. Este comércio era praticado com os africanos, que posteriormente era praticado na costa envolvendo o tráfico que nem sempre os negociantes eram capazes de estabelecer ligações comerciais diretas com os fornecedores no interior para garantir acessos aos produtos.

⁵⁰ Como dito na nota de rodapé número 2 o que caracteriza essa relação nova, durante este momento foi o comércio, investimento nos espaços desabitado por europeus, interesses econômicos pessoais que vai obrigar os negociantes de Angola; Portugueses, brasileiros e nativos europeus tomarem suas decisões. Há regiões que vão sendo exploradas pelos governadores de forma individual para o seu próprio benefício, os militares tinham também suas ambições e estes colaboraram com entidades do projeto colonial e vão tomar espaços, recursos, privatizar e fazer da riqueza deste país um proveito.

colonização. A criação da alteridade africana, como indígenas enquanto um espaço vazio, desprovido de conhecimentos, tinha que estar pronto a ser preenchido pelo saber e cultura do ocidente. Isso, foi o contraponto da exigência colonial de transportar a civilização e a sabedoria para povos vivendo supostamente nas trevas da ignorância. A segmentação básica da sociedade colonial entre ‘civilizados’ e ‘selvagens/indígenas’, conferiu consistência a todo o sistema colonial, transformando assim os autóctones em objetos naturais (MENESES, 2010, p. 78).

Prevaleceu durante tempo essa ideia, e os africanos continuaram a ser geralmente considerados como sub-humanos, o negro e ainda homem selvagem. A alarmante exploração dos africanos que o novo sistema de trabalho representava era parcialmente velada pelo pseudo-pragmatismo e pelas racionalizações morais propostas pelos novos “colonialistas” que vieram a dominar os pensamentos e as práticas coloniais nos finais do século XIX⁵¹. Segundo Oliveira Martins (1887, p. 285 *apud* BENDER, 2009, p. 256), acreditavam que os africanos eram tão inferiores aos portugueses que não valia a pena tentar civilizá-los através da educação, argumentavam que o único meio eficaz de transmitir a civilização portuguesa aos africanos era o trabalho manual o qual defendiam que ele se tornava necessário para levar os africanos a apreciar a dignidade do trabalho, além dos benefícios que o trabalho forçado poderia proporcionar aos africanos.

O trabalho do preto às vezes servia como meio de disciplinar os indivíduos por comportamentos inadequados, passavam a ser punidos e substituídos com castigos de serviços forçados. Urbano de Castro questionava os supostos benefícios da população indígena, que para eles o africano envolvido no trabalho seria um modo de ensiná-los a “ciência”. *“Que ciência seria esta para os pretos de Angola, já que se tinha a noção da repugnância dos trabalhos que o preto não gostava?”*. Foi este um dos motivos que causou a aproximação das elites investidores de Angola a terem suas investidas sem nenhum resultado significativo. A escravização não seria para a realidade desses territórios algo dominado e aplicável de maneira atingível, prático e cultural em alguns espaços. Para o ideal de Portugal, seu objetivo era demonstrar um interesse falso aos comandos da civilização, fazer criar um amor pelo trabalho, receber frutos dos exercícios dos indígenas. Deste modo, se criaria o amor ao trabalho, pela escravidão e pelo interesse das elites que aplaudiam o trabalho forçado dos africanos. A partir disso, este discurso sobre “uma Civilização” e das Constantes lutas, na implementação deste sistema de trabalho, nascia o ódio, se notava na expressão comportamentais nas ocorrências nas regiões:

⁵¹ Enes e, mais tarde, Mouzinho de Albuquerque afirmaram que o único meio era transmitir a civilização, com trabalhos escravos. Ver: BENDER, 2009.

A repugnância para o trabalho, o ódio ao branco, a aversão da civilização, o que a escravidão ensina. A enxada, a ferramenta do trabalho por nós postas só nas mãos do escravo, convertem-se em instrumentos serviçais, símbolos de vergonha. O trabalho torna-se desprezível (CASTRO, 1867, n.p).

“Os pretos de Angola” se mostravam sempre revoltados com os trabalhos, uma vez que para eles existia um modo social que fez de imediato existir a rejeição dos trabalhadores, como apontado no primeiro capítulo, a fuga nas fazendas e dos seus senhores, assumia de certa forma um status do posicionamento dos nativos frente aos ideais da colonização. Àquilo que se pretendia fazer era uma manutenção, passou a ser uma desvantagem dos investidores, um atraso para a economia.

A resistência à escravidão ocorreu em contexto múltiplos, em contextos de diversos povos e de variadas culturas ou de influência de outros povos⁵². Em algumas publicações no jornal observou-se que os conflitos com alguns povos eram aterrorizadores, apresentavam medo aos portugueses, dando a entender que a participação da população nas atividades coloniais e do projeto "civilizatório" não se efetivou de forma significativa. O povo estabeleceu barreiras e os enfrentou, todavia, essa elite portuguesa já tinha ocupado algumas partes das regiões e acesso às terras, implementando serviços, execuções de trabalhos e empreendimentos que seriam executados.

Teve um caso de morte noticiada no periódico, o caso do senhor Lemos, que foi morto quando ia em seu arrimo, demonstra essa convivência custosa dos dois lados, a portuguesa, dos residentes e dos nativos. Acredita-se que os povos de uma certa região tinham suas respostas diferentes no processo de penetração dos europeus e do seu expansionismo, além do aspecto econômico em Angola. Comportava essa expansão um desejo político de permanente extensão ao domínio territorial, a burocracia colonial que criavam poder político nos territórios, usando força de exércitos para manter o poder e assegurar a supremacia (CAMPOS, 2015). Mas existiam espaços que os domínios eram lentos e pouco conflitantes, outros passavam a ser dominados as suas residências, propriedades, hortas e arrimos, o que causou revoltas constantes das populações nas regiões. *A Civilização da África Portuguesa* mostrou essa realidade no dia a dia das populações com um caso de assassinato:

ASSASSINATO - O Sr. Antônio Joaquim de Lemos, comerciante, seguia a jornada para o seu arrimo do Bengo, quando na estrada foi de sobressalto atacado por alguns pretos, escravos seus, segundo que dizem. Diz-se que ia dormindo na tipoia, com as cortinas cerradas; que por isso, sentindo-se atabafado pelos negros, nem tempo teve

⁵² Exemplos de resistência à escravidão de contexto complexo, temos o caso particular dos portugueses que se estabeleceram em Angola depois de terem fundado a cidade portuária de Luanda (1575), tiveram muita dificuldade de implementação deste sistema e dominação dos povos.

de lançar mão das armas, que levava as armas, que levava para se defender. Deram-lhe uma facada na barriga, e esmigalham-lhe a cabeça com machadinhas. Um dos carregadores da tipoia também foi ferido (A *CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867).

Pudemos constatar no período que as revoltas se davam em contexto de conflitos entre os dois lados, obrigando assim, os trabalhadores criarem planos de fuga até mesmo de guerras. *N'A Civilização da África Portuguesa* na parte dos anúncios em destaque, encontrava-se informações relativas aos problemas internos, então, dizia-se “*que o assassinato foi premeditado e encomendado na cidade*”. A população dizia que “*Todos concordavam em asseverar, que o falecido era duro e mal no tratamento dos seus servos*”.

As revoltas dos escravizados eram sim formas de resistência, extremamente comuns e aconteceram em várias regiões, algumas resultaram em mortes, guerras entre os povos, mortes de seus próprios senhores e suas famílias, o que dificultou estabelecer a ordem que muitos procuravam, até mesmo contra as próprias autoridades da região. Identificado durante esta fase, existiam muitos portugueses que tinham propriedades de escravos, a convivência com eles não era tão agradável, alguns fazendeiros tentavam manter uma relação saudável com seus trabalhadores e evitar revoltas.

4.3 CIVILIZAR E A CRÍTICA AO PERIÓDICO

A emancipação do povo esteve ligada às relações de exploração, justificadas na dominação e na necessidade de colonização. Portugal sustentava sempre o direito histórico, procuravam justificar sempre suas políticas coloniais e criar categorias legais subalternas, o caso dos ‘indígenas’ nos territórios. Para além das vantagens económicas e políticas que esteve na base das diferenças, a colonização dava ao povo que impôs à sua direção, na sua língua, na superioridade dos hábitos e os seus gostos nos territórios africanos. No final do século XIX e no inícios do século XX, essas diferenças começaram a resultar do imaginário europeu colonial construindo africano como súbdito indígena longe dos alcances do conhecimento do ocidente, resultante de da política com base na económica e científica, que vai criar essas diferenças. Estas interpretações, e os valores estruturantes que se aplicavam, transformaram-se gradualmente na versão superior aos povos africanos, emergindo da Europa como o apogeu do progresso, devido às suas condições supostamente excepcionais (MENESES, 2010, p. 72). Daí que o racismo crescia a par da expansão imperial, e revelava-se, por isso, quase inseparável do

excepcionalíssimo europeu. Com o evolucionismo assistiu-se à secularização do tempo, o qual foi colocado à disposição do projeto imperial.

Os portugueses vão apostar em migrações para este território, estabelecendo princípios de separação da população nativa baseada na “raça” e numa relação racionalizante. Como apresenta Meneses (2010), civilizar tornou-se a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos. Na senda de outros impérios, Portugal adotou, como parte integrante da sua estratégia governativa. No periódico, a discussão sobre "escravizar", além de ser justificado a partir da raça, era apresentada de forma obrigatória e essencial, boa para eles e pela sua condição social. Para o europeu a sua cultura tinha melhor qualidade que a dos “indígenas”, isso foi sempre sustentado nos artigos que apareciam no periódico relativamente ao processo civilizatório. E este processo, tinha apresentado pressuposto da superioridade e suas qualidades, o africano era inferior, atrasado e não poderia governar entre si. “Portugal possuía uma predisposição especial, pela sua superioridade moral e material, derivada do temperamento das suas gentes e pela virtude dos encontros e experiências coloniais anteriores”. Portugal defendia o direito histórico de fomentar o progresso dos povos considerados atrasados em função do seu desenvolvimento económico, cultural e político (MENESES, 2010). No periódico podemos encontrar ainda informações referentes a colonização e a obrigação de ocupar os territórios, a exemplo do título da notícia “Imigração e colonização”:

É a raça caucásica, pela sua robusta organização que resiste a superioridade as oposições climatéricas dois abraçados trópicos congelados, é a raça caucasiana, pelo seu gênio curioso é operoso, pelo seu aldeamento material, moral e intelectual, pela sua índole cosmopolítica, pela sua missão histórica e providencial de levar a Luz a espírito e as harmoniosas do progresso a mudez e as trevas dos povos bárbaros. E a raça caucásica é destinada a introduzir, a negrícia litoral e interior as línguas as religiões as leis e os costumes oficiais a rezar artes as indústrias a ciência que depende da civilização destas intensas regiões (*A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA PORTUGUESA*, 1867).

O que vimos neste discurso, na prática, apresentava-se a superioridade de raça como critério de civilização, nesta interação social no qual o texto é noticiado, os contatos foram construídos a partir de relações sociais, de ações humanas, que influenciava nas dinâmicas dos residentes em suas regiões e nos seus cotidianos. Na análise dos discursos na imprensa periódica livre comprova-se que as práticas sociais se encontravam focalizadas em questões de ideologia, de poder, bem como na hegemonia que os portugueses procuravam demonstrar, com fins económicos tanto políticos como em outras nações europeias. A despeito das inúmeras discussões historiográficas sobre o estudo da escravidão em “Angola”, o fato é que, a tentativa

de fazer acontecer, um modelo de exploração de mão de obra escrava foi predominante. Naquele contexto, o mundo já se encontrava num processo de terminar o tráfico e a escravidão, que configurava num ato que há séculos que era normal, passou a ser uma ação desumanizada. A existência da escravidão poderia criar atrasos para o projeto de sociedades que se pretendia. A imprensa em Angola foi criada com um fim meramente civilizacional, com um ideal nas suas vestes do projeto colonial português. Estava de certa forma vinculada a uma ideologia liberal da época com seus referenciais, constatado no jornal mediante o seu nome. Essa imprensa permitia então um diálogo excessivo e de quando em vez extrapola os princípios dos interesses dos idealizadores de uma Angola “civilizada”, dos pretos nas atividades econômicas de trabalho de terra.

A sociedade do século XIX em Angola já se encontrava dividida entre as categorias civilizadas e não civilizadas, pela organização e as relações sociais. “Civilizados eram os brancos, independentemente da sua condição social, econômica e acadêmica; mestiços e negros escolarizados que tivessem hábitos e costumes europeus.” Os escolarizados tinham acesso às escolas em número reduzido, atendendo as formas desigual, afastados em determinados espaços públicos⁵³. O colonialismo a todo custo, com evidências na historiografia africana, passou a ser sistema de subjugação, resultou no processo de sobrepor o povo, não permitir a liberdade e oportunidade, gerando guerras, lutas, a violência, mortes e opressão dos pretos, manteve-se então um contato difícil para os indígenas. O sistema de educação na província de Angola ainda era um grande problema, com falta de escolas e oportunidades. A estrutura das interações entre administradores coloniais da Europa e africanos colonizados foi determinada pelo essencialismo racial. “O racismo e as políticas coloniais caminharam juntos durante o colonialismo português, através do respaldo científico, fez um esforço para criar imagens de pessoas e culturas homogêneas” (ZAMPARONI, 2008, *apud* THOMAZ, 2012). É assim que os agentes coloniais classificavam um “outro” como inferior e ridicularizante na forma de tratamento das pessoas e na realização da exploração do território. Preocupados em estabelecer a legitimidade do novo domínio e identificar a população a ser colonizada, inúmeros códigos e regulamentos foram estabelecidos, estabelecendo as características dessa nova identidade subordinada ao poder colonial. A primeira legislação colonial a definir “indígena” foi o decreto

⁵³ O sistema de educação na província de Angola ainda era um grande problema, com falta de escolas e oportunidades, a sociedade colonial nessa fase tornava a vida de muitos numa terrível situação, excluía os pretos em locais públicos e no trabalho, nas cidades e por vezes em suas próprias casas. A questão sobre o acesso à escola ainda nos meados do século XIX, chegou a ser publicada em determinados periódicos da imprensa livre em Angola, problemas e vicissitudes dos pretos em trabalhos, nos serviços, nas fazendas, “salários atrasados” e muitos não pagos e a educação para os nativos.

de 27 de setembro de 1894, que institui a pena de trabalhos públicos a ser aplicada aos “indígenas das terras portuguesas em África⁵⁴”.

A sociedade colonial nessa fase tornava a vida de muitos numa terrível situação, excluía os pretos em locais públicos e no trabalho, nas cidades e por vezes em suas próprias casas. A questão sobre o acesso à escola ainda nos meados do século XIX, chegou a ser publicada em periódicos da imprensa livre em Angola, problemas e vicissitudes dos pretos em trabalhos “salários atrasados” e muitos não pagos e sem educação para os nativos.

O trabalho na lógica do sistema colonial em Angola tornava os “pretos escravos” em condições precárias, que tinham de obedecer e a escravidão e via como o único meio para desenvolver os comércios. O trabalho compulsório nos anos de 1866 a 1869 aumentava significativamente, com a necessidade de comprovar o pleno domínio dos recursos humanos do território. Com referência ao modelo de colonização, o projeto de “assimilação” dos africanos, não era apenas torná-los civilizados, mas estava presente a questão do “trabalho indígena”, era sim a verdadeira missão colonial relacionada com a raça, justificava e naturalizava sempre os negros mediante a sua cor para continuar a serem instrumentalizados no trabalho.

Um periódico nesta altura para realidade de Angola, com agentes cujo objetivo era ambicionado na exploração, vir a surgir uma imprensa dedica com conteúdo que condenava a escravidão, as autoridades inculcados nos seus interesse, não recebiam o jornal de bom agrado. Um jornal firme nos seus ideais que encetou em momentos na questão da abolição da escravatura, foi assim diversas vezes atacado. As primeiras décadas de 1860 representa para a história do jornalismo angolano um período importantíssimo de mudanças que criou suas organizações sociopolíticas, o que caracteriza a fase do nascimento do nativismo angolano, pois alguns jornais produziam diretamente artigos com críticas às administrações, já com um cunho racial dada às relações sociais e culturais que fortemente eclodiram na década de 1880 na imprensa livre em jornais editados por filhos do país.

A *Civilização* alcançou seu auge ganhando visibilidade ao contrapor o pensamento colonial de elites presentes em Angola. Ligado aos projetos abolicionistas, o periódico assim apresentou-se durante dois anos. Para culminar, nesse aspecto, boa parte das informações no jornal não se baseavam em conteúdos noticiosos, exceto as informações que apareciam nos anúncios, comunicados de vendas de produtos, casas e objetos. As publicações eram artigos referentes às opiniões dos redatores, pensamentos e suas ideologias em arremessar o país no

⁵⁴ Ver THOMAZ, F. N. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. 2012.

progresso. As colocações caracterizavam-se nos problemas locais. Os periodistas tinham a principal finalidade de tratar assuntos relacionados à vida social dos associados ao projeto colonial, rebatendo suas políticas, confrontavam diretamente os agentes associados às más práticas da população escravizada, nas condições degradantes do povo e na administração dos territórios.

Essa imprensa teve um papel significativo e central dentro da campanha abolicionista em Angola, constituindo-se nessa fase como um dos principais órgãos comunicativos utilizados por aqueles que desejavam o fim da escravidão, que fosse gradual ou então imediata. Assim, o discurso abolicionista começava extrapolar as paredes dos interessados em ampliar a economia de mão de obra. Graças à iminente imprensa que apresentará planos diversificados em oposição aos interesses que travavam o desenvolvimento da província, abrindo espaço no debate público acerca da escravatura em Angola, os jornais, no entanto, serviram de palco na ação dos diversos atores sociais envolvidos no processo que levou o fim deste modelo de trabalho. Ao longo dos anos, cresceu também a preocupação dos grupos que se dirigiam contra o jornal, levantaram argumentos de censura, devido à postura radical e divulgadora do periódico. A tendência deste órgão de informação passara por censura, a política no exercício das suas atividades, continuou firme aos seus propósitos ferindo e fazendo justiça a partir da lealdade por meio da linguagem, expondo as práticas geralmente vivenciadas nos espaços, de situações ilegais, covardia em circunstâncias de traição, e das mais graves criminalidades. Censurar o periódico era também parte da estratégia de dominação e a persistência no interesse de se preservar a representação da censura da imprensa com os artigos no jornal, mostrava até certo ponto a credibilidade do periódico e dos seus fins. O periódico continuou opondo-se criticamente às ações desumanas, às condições desfavoráveis das regiões e dos trabalhadores, salários e a vida social. As pessoas viviam dos negócios e do comércio, suas riquezas eram extraídas quando esses comerciantes colocavam os escravizados e libertos a exercerem trabalhos, abarcava uma variedade de motivações, entre os quais se destacam aqueles voltados ao interesse dos territórios e arrecadar bens. Devido a paralisação do tráfico muitos dos benefícios já alcançados como da prática de comércio lícito e da exploração de terras, começava a ter poucos resultados e os pretos livres prestavam os serviços para alargar este comércio. O jornal, em denunciar as restrições dos escravizados nos aspectos sociais sofridos pela população, traduzia assim o perfil do periódico, isto é, a diferença e o tratamento dos assuntos que os redatores lidavam. Podemos afirmar que, este jornal foi a primeira imprensa em Angola vinculada ao movimento as opiniões abolicionistas e que mais se destacou entre todos que surgiram naquela época, tanto por sua condição no momento de um dos meios principais de propagação dos assuntos dos territórios,

o que não impediu que provocassem importantes rupturas no funcionamento e na dinâmica interna das povoações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que as complexidades das relações das elites portuguesas na segunda metade do século XIX na província de Angola foi construída com base no processo de escravização e da mão de obra escrava, na medida em que estes participavam num processo de busca de pessoas e domínios dos territórios para os trabalhos agrícolas. Assim, nos territórios além-mar passaram-se a intensificar os trabalhos escravos justamente a partir da ideia de civilização dos africanos. Em breve trecho, a exportação e o comércio de escravizados passou a prosperar a monocultura da economia dos colonizadores. Segundo o nacionalista Eugénio Ferreira (1979), passavam a ser reduzidos a cativos, por efeito de lutas internas ou impostas pelos invasores, os “angolanos” lhes eram impostos a trabalhos, perdiam seus espaços, vendidos e declinando os seus comércios. No contexto da crise económica para Portugal, seguia-se a lógica de um ideal económico de exploração dos territórios e dos recursos. Os trabalhadores africanos na condição de escravizados foram obrigados a cumprir com os requisitos que a Coroa pretendia em prazos estabelecidos para os cultivos de solos, apresentando dificuldade na produção dos produtos que tinham de ser implementados. Os portugueses realizaram experiências significativas de plantio em grande escala empregando trabalhos análogos à escravidão e serviços forçados para prosperidade económica e interesses de elites presentes em Angola. O discurso corriqueiro da necessidade de ver os “pretos livres” a partir do periódico, naquele momento remeteu a uma força de trabalho que adentrava gradualmente e estruturava as relações. Nesta fase, Angola atravessava dois momentos, um do processo de abolir o tráfico ilegal que se prolongou até os anos de 1850 e outro, a do fim da escravatura que venceria apenas em 1878. Abolir o tráfico ilegal de escravos para aquele momento não significava acabar com a escravidão de forma definitiva (FERREIRA, 2014), se manteria a partir dos projetos implementados em Angola e incentivos para preservar a cultura da escravidão. O que demonstrava que muito antes dos anos de 1866 até 1869, com a lei que aboliu o tráfico, havia sempre tentativas de implementação de trabalhos no cultivo de terras. Segundo Oliveira (2016) no ano de 1840 em Luanda, a condição dos trabalhadores “contratados” era desagradável, via-se uma realidade perante a população que já não era tão comum (BIRMINGHAM, 2017, p.82-83, 84 *apud* CAHEN, 2018, p. 534). Entretanto, Luanda, era de uma cidade onde se podia ver durante essa fase práticas análogas à escravidão, percebida na sua totalidade em aspectos da vida económica, social e cultural da cidade condicionada pela escravatura. Em Angola, durante a colonização portuguesa e em outros territórios no final do século XIX, Portugal elaborou leis que justificavam o recurso aos serviços forçados. As legislações regulamentavam o trabalho

dos “indígenas”, estavam sempre regulamentando múltiplas conformações nos serviços e não eram aplicadas aos cidadãos portugueses. Muitas instituições e entidades começaram a confrontar o comércio de escravos em Luanda e a brutalidade dos trabalhos indígenas. Para alguns era visto como uma ação condenável. Não tardou em quase toda África e se via em Angola por parte de algumas instituições, as campanhas no combate à escravidão, surgiram abolicionistas, humanitários, missionários para dar fim a mão de obra escrava e os seus proponentes, reprimir ideologias de abuso ao poder. Muitos tinham como objetivo se libertar das obrigações implementadas pelas autoridades. Este posicionamento de luta pela liberdade dos escravos provocou mudanças significativas que impactou os trabalhadores (COOPER, 2005, p. 205), contribuindo no processo de resistência, para um contexto angolano complexo, devido às diferentes formas de resistir.

Referências

- ALFAGALI, C. **Conflito de terras nos sertões de Angola**: estudo de caso da disputa pelas terras de ilamba, século XVIII. 2019.
- AGUALUSA, E. J. **Nação Crioula**: a correspondência secreta de Fradique Mendes, Porto: Publicações Dom Quixote, 1997.
- BENDER, G. J. **Angola sob o domínio português**: mito e realidade. Luanda: Editora Nzila, 2009.
- BÔAS, F. V. Abolir, Colonizar, Negociar: sobas e moradores em face dos interesses portugueses em Golungo Alto, Angola (C.1840-C.1860). **Sankofa**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 95-114, 2020.
- CAHEN. M. Breve História da Angola Moderna [séculos XIX-XXI], de David Birmingham. **Análise Social**, Lisboa, v. 2, n. 227, p. 532-539, 2018.
- CAREGNATO. L. Domínio colonial português em Angola nos séculos XV e XVI. Encontro Estadual de História, 10, 2010, Santa Maria. **Anais** [...]: Santa Maria, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279060711_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-RS-Corrigidoerevisado.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.
- CONCEIÇÃO, J. P. **A Comunicação angolana**. Lisboa: LUSOCOM/SOPCOM, 2005.
- COOPER. F. Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África. In: COOPER, F.; SCOTT, R. J.; HOLT, T. C. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CURTO. C.C. Resistência à escravidão na África: O caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/21101/13691>. Acesso: 19 jul. 2020.
- ESPÍNDOLA-SOUZA, M. **A liberdade do contrato**: O trabalho africano na legislação do Império português, 1850-1910. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186881>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- FERREIRA, E. **Feiras e Presídios**: Esboço de Interpretação Materialista da Colonização de Angola. Lisboa: UEA, 1979.
- FERREIRA, R. Escravidão e Revoltas de Escravos em Angola (1830-1860). **Afro-Ásia**, s.l, v. 21-22, 1998. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20962>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- FERREIRA. R. Abolicionismo versus colonialismo: Rupturas e continuidades em Angola (século XIX). **Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais**, v.4, n. 8, p. 101-126,

2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/245?lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2020.

GOMEZ, L. **Escravidão: Do primeiro Leilão de Cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, J. J. **A informação em Angola: alguns subsídios para o seu estudo**. Lisboa: sem indicação de editora, 1964.

HOHLFELDT, A. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. **Comunicação & sociedade**, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, n. 51, p.135-154, 2009.

HOBSBAWN, E. J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Tradução Sieni Maria Campos, Yolanda Steidel de Toledo, 1 ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2012.

HOHLFELDT, A; CARVALHO. C. C. A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.3 5, n. 2, p. 85-100, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442012000200005 & script= sci_abstract & tlng =pt. Acesso em: 07 jun. 2020.

LOPO, J. C. **Jornalismo de Angola Subsídios para a sua história**. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

MARQUES, J. **Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos**. Lisboa: ICS, 1999.

MARQUES, P. J. **A ocupação do Ambriz (1855): geografia e diplomacia de uma derrota inglesa**. 2016. Disponível em: http://193.137.34.195/index.php/1_Africana_2/article/view/7257 Acesso em: 07 jun. 2020.

MENESES, G. M. P. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. **E-cadernos CES**, v. 7, 2010.

MENZ, M. M. As Conjunturas do Tráfico em Angola (século XVIII). Simpósio Nacional de História - ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]: São Paulo, 2011**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308103633_ARQUIVO_anpuh.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

MORENO, H. W. Notas sobre o embate racial na imprensa de Luanda (1893-1901). Simpósio Nacional de História - ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]: São Paulo, 2011**. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308189467_ARQUIVO_anpuh2011enviar.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

NETO, M. C. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 33, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/14638>. Acesso em: 12 jun. 2020.

NEVES, A.G.M.S. **A agricultura tradicional em Angola nos anos 60 do século XX**. Lisboa: ISA, 2010.

OLIVEIRA, S. V. Mulheres e Comércio: A participação feminina nas redes comerciais em Luanda (Século XIX). In: PANTOJA, S.; BERGAMO, E. A.; SILVA, A. C. **Angola e as angolanas: Memórias, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Intermeios, 2016.

OLIVEIRA, S. V. **Slave Trade and Abolition: Gender, Commerce and Economic Transition in Luanda**. Madison: University of Wisconsin Press, 2021.

PEREIRA, M. S. “Anúncios e comunicados: 80 réis por linha”: propaganda e cotidiano nas páginas de *O Africano* (1909-1919). In: RIBEIRO, A. V.; GEBARA, A. L. A. (Orgs). **Estudos Africanos: múltiplas abordagens**. Niterói: Editora UFF, 2013.

PERIOTTO, M. R. O Papel da Imprensa no processo de construção da Nação: a “vocação pedagógica” do Correio Brasileiro. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 16, p. 61-83, dez. 2004. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4787/art5_16.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022.

QUEIROZ, A. **A imprensa em Angola no século XIX**. Jornal de Angola. On-line, 2010. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/a_imprensa_em_angola_no_seculo_ixi. Acesso em: 12 jun. 2020.

RIBEIRO, L. Os trabalhadores *Loandas* da expedição portuguesa ao Muatiãnvua (1884-1888). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 697-719, set/dez 2013.

SANTOS, E. A. E. Angola entre o passado e o futuro: História, intelectualidade e imprensa (1870-1900). **Revista de Teoria da História**, v. 22, n. 2, p. 212-230, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/60262>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SANTOS, E. A. E. Antonio Urbano Monteiro de Castro: a imprensa a serviço da dominação colonial portuguesa em Angola oitocentista. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 3, n. 6, p. 69-88, 2020.

SANTOS, E. A. E. História e historiografia da imprensa angolana oitocentista: notas teóricas e metodológicas. **Revista Crítica Histórica**, v. 12, n. 24, p. 178-199, 2021.

SEIXAS, M. O trabalho escravo e o trabalho forçado na colonização portuguesa oitocentista: uma análise histórico-jurídica. **Revista Portuguesa de História**, n. 46, 2015.

SIQUEIRA, A. A. Angola e a resistência colonial: o caso do massacre dos dragões do conde de Almoester, 1897. **Cadernos de História UFPE**, v. 9, n. 9, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/viewFile/110085/22008>. Acesso em: 12 mar. 2021.

THOMAZ, F. N. **Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique**. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/mWKZBr8vg9vKq9yzgQGj35B/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ANEXOS

N.º 4

A CIVILIZAÇÃO DA AFRICA PORTUGUESA.

1866.

Semanario dedicado a tratar dos interesses administrativos, economicos, mercantiles, agricolas e industriais da Africa portugueza, particularmente de Angola e S. Thomé.

REDACTORES, URBANO DE CASTRO, ALFREDO MARTA e FERRIA DUARA

Assignaturas, annuncios, correspondencias, devem ser dirigidas ao director, URBANO DE CASTRO, no escriptorio da direcção e redacção, em Louanda, na rua de D. Miguel de Meilo, n.º 15 1.º andar. — Preço das assignaturas: 25.000 reis por anno; 25.000 reis por semestre; 12.500 por trimestre. — Preço dos annuncios e correspondencias de interesse particular, pelo espaço de cada linha de 60 reis.

QUINTA-FEIRA, 27 DE DEZEMBRO.

ADMINISTRAÇÃO DE JUSTIÇA.

E' dever dos governos prestar ouvidos a queaesquer

queixas dos povos, e remediar os males publicos.

As queixas, que, ha mais de vinte annos, partem to-

dos os dias do interior d'esta provincia contra o mo-

do, por que tem alli sido, e é, administrada a justiça,

são justissimas.

Ultimamente suppoz alguém, que se melhoraria o

estado das cousas supprimindo os juizes ordinarios

nos concelhos constituídos em julgados. Protestamos

energicamente contra essa retrograda prestação.

E' certo, que a instituição dos julgados não tem

satisfeito ao, que d'ella ha direito de requerer.

Mas não se cura o mal, agravando-o.

Se a ignorancia, o patronato, o acinte, o arbitrio,

a violencia, idem por esses concelhos dentro exercido

jurisdição com o nome de juizes ordinarios, do mes-

mo modo a tem exercido com o nome de *chefes ser-*

vidos de juizes ordinarios.

Os abusos d'aquelle, a quem nos julgados tem si-

do entregue essa magistratura popular, não são argu-

mento, que possa produzir-se, com seriedade, para

acumular mais essas funções nas mãos d'esses pe-

quenos ditadores, que se denominam *chefes.*

Foi em resultado dos repetidos, dos incessantes cla-

mores dos povos do interior contra as vexações, vi-

diências e expoliações commettidas pelos chefes, co-

mo juizes, que o governo de Lisboa decidiu crear os

juizes ordinarios. Governadores geraes proboz, e sol-

licitos do bem publico, ponderaram a metropole a ne-

cessidade da creação d'aquelle magistratura.

Acontece sempre, que aquellos, que se acostuma-

ram a obedecer cegamente, mesmo a ordens capricho-

sas, quando mandam, mesmo em ordens as

mais caprichosas, ser cegamente obedecidos. O ap-
pellido imperio inflexivel, de obediencia muda e auto-

matica, necessario na disciplina militar, o mandamento

irreplicavel e a execução prompta d'esse regimen, são in-

compatíveis com o espirito lit-ral, paciente, escrupu-

loso, reflectivo, ás vezes moroso por isso, da admi-

nistração judicial.

Os chefes, investidos das attribuições judicarias, se-

rão sempre o que sempre foram: a vara azul e bran-

ca parocia-lhes um instrumento pesado e irritorio: a

espada é muito mais ligera e decisiva em cortar di-

recto a modo d'elles.

Honra seja aos militares braves, que têm conserva-

do limpo o seu nome: tem n'os havido, e ha.

Mas que de torpissas e devassidas se não por ahi

presenciado tambem!

A administração da maioria dos chefes tem sido tal

que a ella em grande parte se deve o terem-se despo-

zados os concelhos.

Não exijam, que citemos nomes: não queremos

não devemos cita-los. Mas citariamos, o que a impre-

sa tem publicado: citariamos, o que se tem promun-

ciado no parlamento; citariamos, o que está archivado nos

cartorios publicos, se os factos não fossem, como são,

conhecidos de todos.

Anilha ha pouco escrevia o sr. Seixas estas palavras:

— « uma das primeiras regras, que ha a estabelecer

« com respeito a Angola, é que esta provincia, do

« que menos precisa para a governar, é de uma e

« nada... »

Alluda o sr. Seixas aos governadores geraes n'es-

tas palavras da sua carta, dirigida em 1860 ao sr. mi-

nistro do ultramar.

O que o illustre deputado affirmava dos governa-

dores geraes, é por maioria de razão applicavel aos che-

fes dos concelhos.

Quando o sr. deputado escrevia aquelle periodo, —

que resume em quatro palavras a maldadada historia

d'esta provincia, — tinha presentes a sua longa obser-

vação das cousas n'este paiz, e os centenas de in-

formações recebidas dos seus electores.

Desonham essas palavras o quadro das inconsitu-

cionalidades e violencias, que foram muito tempo o

degracado e fatal apañagio das administrações de

Angola.

Em Angola a liberdade, — que a constituição assu-

ra a todos aquelles, a quem dá os direitos, e impõe

os deveres de cidadãos portuguezes, — em Angola a

liberdade não tem as garantias sufficientes. A desgra-

ça, que obriga a emigrar um cidadão nascido ao sol

brilhante da liberdade portugueza, accumula-se logo

logo soffocado por instituições, por costumes, e por

autoridades, repugnantes com as praticas liberas da

sua patria.

« Isto tem affastado, e affasta, de virem aqui, ou de

« aqui permanecerem, desgozados ou reciosos, aquelles

« que, pela sua independencia e capacidade, poderiam

« ser mais uteis á causa publica.

Um pobre homem, myope, actualmente escrivão

do juizo de direito, foi preso por um governador ge-

ral por não ter visto este e não o ter por isso cum-

primentalado; — um advogado, o sr. dr. Fario da Cós-

ta; foi preso, e desterrado sem processo para um con-

celho insular da provincia, por ter, funcionando con-

selheiro fiscal de uma massa fallida, o melhor credor d'ella,

que era o governador geral; — uma das maiores

capacidades da imprensa, uma das maiores illustra-

ções do parlamento portuguez, o sr. A. A. Teixeira

de Vascunellos, foi deputado d'esta provincia, nem

sabemos, nem ninguém sabe porque: em magistrato

laborioso, e que nunca por fim a media a justiça, o sr.

conselheiro Mendes Affonso, — hoje presidente da Re-

lacao de Louanda, — por mais de uma vez tem sido

perseguido por governadores geraes; não accusado de

crimes ou abusos de poder, mas por não se dobrar

aos perseguidores.

Se isto tem acontecido, em eraes não remotas, em

Louanda, onde assim mesmo se respira ar um pouco

mais livre, do que por essas povoações do interior, —

se isto tem acontecido com homens eminentes, que

POEMETIN.

A BENEFICENCIA.

Poesia dedicada aos cidadãos de Louanda, — da Provincia de Angola, ou que n'ella habitam, — esmolheres do Recolhimento Pio de D. Pedro V.

Bem como o agricultor, que providente,

ao ver a primavera despojar,

Vai na terra espargir loura semente,

Lavra, aduba; cultiva sem cessar...

Depois, quando passará a quadra ardente,

Seus fructos vai colher e arrecadar,

De que forma durante o inverno frio

Um thezouro mui vasto e prestadio...

Assim o homem rico e virtuoso,

Que a tempo lança mão de boas mortaes,

E vai distribui-los, charidoso,

Pelos tristes, que soítam pranto e ais...

Assim, digo, n'um solo precioso

Lança o germen de plantas sem eguaes,

Que, crescendo com vicio e magestade,

Docos fructos vão dar na eternidade!

Oh! si véde um terreno cultivado

Na mesma quadra e com igual trabalho;

Do mesmo sol da tarde acalentado,

Bebedo a mesma chuva ou fresco orvalho;

Aqui... o arbusto cresce, alto e copado,

Alem... além, de vicio e ramos fahio;

Aqui heítam florinhas d'entre o mato,

Alem... tudo murchou no solo ingrato!

Que importa, pois, que o bem se desatenda,

E venha a ser de ingratos mal accido?

O Deus, que assim o quer, que o recommenda,

Ao vos-vos dar... — sorrir de satisfello!

O abuso ao benefactor não pede emenda,

Nem lhe deve tornar do ralo o peito;

Se achais da gratidão feclada a porta,

O beneficio existe, — eis o que importa!

Existe essa virtude honesta e pura,

Thezouro o mais seguro e sempiterno,

Tão sauto que inda alem da sepultura

Inerte tornará o proprio inferno.

Não busqueis outra gloria, outra ventura

Se sois christão, se sois filho do Eterno,

Que para vós não ha felicidade,

Se surdo sois á lei da charidade!

E vós, filhos de Angola, a illustre e culta,

Que odo a Cruz tomara por fanal;

E vós, que tendes longe o lar materno,

Alem... no meu saudoso Portugal!

Vós, filhos d'outro reino, ou povo amigo,

Vós, que tendes diversa crença e fe,

Vinde todos, segui-me! — esta cruzada

Não tem patria ou nação; de todos é!

Do mundo inteiro é lei a charidade,

E de todos a eterna gratidão;

E de todos o amor: — Lusos, estranhos...

Fulsa em todos no peito um coração!

Quem ha, que da innocencia o pranto evita,

Que ao orphão triste e só — retire a mão?

Quem ha, que ahi moteje o velho pobre,

Que á beira do sepulchro implora o pão?!

Ninguém! — em toda a terra fulge ao triste,

Que por maldadia a sorte conheceu...

A beneficença luz da charidade,

Casto e pura affeição, filha do céu!

Dai, ó ricos! a esmola é lei do Eterno,

Irma gema da prece ella foi sempre!

Oh! — quando em vosso pato um velho, enfermo,

Em vão de joelhos cae, de força exaustado...

Oh! quando o orphão pobre, e que tem fome,

As lautas sobras de um festim pomposo

Vem pedir-vos chorando, e pede em vão...

Horror! a virgem-santa o pranto enxuga,

E a face do senhor de vós se aparta!

Oh! dai, para que o céu vos dê venturas,

Honra, vida, e riqueza a vossos filhos;

Para que vossas sedras sejam ferteis,

Vossos pomares ricos de bons fructos;

P'ra que em plácidos sophos vejes sempre

Da archanjaos do céu, de vós em torno,

Em céos festivos, sorrindo ledos!

Dai pois, para que o céu vos abençoe,

Vosso proprio inimigo vos respeite!

Dai ao orphão que chora e quando um dia

Soar a hora extrema e derradeira...

Tereis em vosso apoio a voz do pobre,

Mais que todas pedras junto a Deus!

Ai triste! de quem ante o omnipotente

Não tem por si as benções do indigente!

Louanda, 18 de novembro de 1866.

FERNANDO D'ANTAS.

